



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DAS QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA (QSiGA)

Relatório de avaliação

Resultados da participação pública

Junho 2015

Índice

1. ENQUADRAMENTO	1
1.1. Objetivos.....	1
1.2. Participação pública.....	1
2. METODOLOGIA DAS QSiGA	3
2.1. Lista das potenciais Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA)	3
2.2. QSiGA de âmbito nacional.....	5
2.3. QSiGA comuns e específicas identificadas em cada RH	7
2.4. QSiGA comuns e específicas identificadas nas partes portuguesa e espanhola de cada região internacional.....	9
3. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	13
3.1. Metodologia da participação pública	13
3.2. Divulgação e sessões realizadas	14
3.2.1. Como deve ser feita a divulgação e a consulta pública?	15
3.2.2. A que escala deve ser organizado o processo de participação pública das QSiGA?	31
3.2.3. Como calendarizar o processo de participação pública?	33
3.3. Nível e qualidade da participação	34
3.3.1. Que público deve ser envolvido no processo de participação pública das QSiGA?	34
4. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	40
4.1. Como promover a integração dos contributos do público nas QSiGA?	40
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	48
5.1. Ponderação das QSiGA	48
5.2. Aspetos positivos e a melhorar	51
ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO, FICHA DE AVALIAÇÃO E INQUÉRITO DE OPINIÃO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA.....
ANEXO II - PRESENÇAS NAS SESSÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DAS QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA.....
ANEXO III – NOTAS DAS SESSÕES PÚBLICAS.....
ANEXO IV – CONTRIBUTOS RECEBIDOS E RESPETIVAS RESPOSTAS

Índice de Quadros

QUADRO 2.1 – LISTA DE POTENCIAIS QSIGA DO 2º CICLO	3
QUADRO 2.2 – INFORMAÇÃO QUE CONSTA NA FICHA DE CARATERIZAÇÃO DE CADA QSIGA	4
QUADRO 2.3 – LISTA DAS QSIGA RELATIVAS A PRESSÕES E IMPACTES DO 2º CICLO NAS RH	7
QUADRO 2.4 – LISTA DAS QSIGA DE ORDEM NORMATIVA, ORGANIZACIONAL E ECONÓMICA DO 2º CICLO NAS RH	8
QUADRO 2.5 - QSIGA E TEMAS IMPORTANTES IDENTIFICADOS NA PARTE PORTUGUESA E ESPANHOLA DAS RH INTERNACIONAIS	9
QUADRO 3.1 – FICHA SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA E DOS RESULTADOS.	13
QUADRO 3.2 – SESSÕES PÚBLICAS REALIZADAS POR REGIÃO HIDROGRÁFICA E Nº DE ENTIDADES E PARTICIPANTES.....	14
QUADRO 3.3 – N.º DE ENTIDADES CONTACTADAS.....	18
QUADRO 3.4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O MODO DE CONHECIMENTO DO EVENTO.....	18
QUADRO 3.5 – NÚMERO GLOBAL DE RESPOSTAS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA ÀS QUESTÕES RELATIVAS AO CONTEÚDO DAS SESSÕES PÚBLICAS	20
QUADRO 3.6 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SESSÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A SESSÃO FOI ESCLARECEDORA”	20
QUADRO 3.7 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A SESSÃO DECORREU DE FORMA ORGANIZADA E DINÂMICA”	22
QUADRO 3.8 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A MODERAÇÃO DA SESSÃO CONTRIBUIU PARA DINAMIZAR O DEBATE”	23
QUADRO 3.9 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “HOVE UMA DIVULGAÇÃO ADEQUADA DA SESSÃO”	25
QUADRO 3.10 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PARA A SESSÃO FOI CLARA E APELATIVA”	26
QUADRO 3.11 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “DEVEM EXISTIR MAIS INICIATIVAS SEMELHANTES”	28
QUADRO 3.12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “ESTOU DISPOSTO A PARTICIPAR NOUTRA INICIATIVA COM ESTAS CARACTERÍSTICAS”	29
QUADRO 3.13. – CALENDARIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA.	33
QUADRO 3.14 – CALENDARIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA SEGUIDO PELA APA	34
QUADRO 3.15 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR RH DE ACORDO COM A NATUREZA DA ENTIDADE QUE REPRESENTAM.	35
QUADRO 3.16. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ENTIDADE REPRESENTADA	36
QUADRO 3.17. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE	38
QUADRO 4.1 – NÚMERO GLOBAL DE RESPOSTAS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA ÀS QUESTÕES RELATIVAS AO CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA.	41
QUADRO 4.2 – SUGESTÕES À QUESTÃO A) “ <i>DEVERIAM SER ELIMINADAS OU AGRUPADAS ALGUMAS DAS QUESTÕES SIGNIFICATIVAS RELATIVAS À GESTÃO DA ÁGUA IDENTIFICADAS PARA A REGIÃO HIDROGRÁFICA?</i> ” CUJA RESPOSTA FOI AFIRMATIVA POR RH	42
QUADRO 4.3 – SUGESTÕES À QUESTÃO B) “ <i>EXISTEM OUTRAS QUESTÕES SIGNIFICATIVAS RELATIVAS À GESTÃO DA ÁGUA NA REGIÃO HIDROGRÁFICA QUE DEVERIAM TER SIDO IDENTIFICADAS?</i> ” CUJA RESPOSTA FOI AFIRMATIVA POR RH	43
QUADRO 4.4 – SUGESTÕES À QUESTÃO C) “ <i>DEVERIAM SER IMPLEMENTADAS OUTRAS LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA PARA RESOLVER AS QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA NA REGIÃO HIDROGRÁFICA?</i> ” CUJA RESPOSTA FOI AFIRMATIVA POR RH.....	44
QUADRO 4.5 – LISTA DE ENTIDADES QUE ENVIARAM PARECER POR RH	46
QUADRO 5.1 – LISTA DE QSIGA RELATIVAS A PRESSÕES E IMPACTES APÓS AUSCULTAÇÃO DO PÚBLICO	50
QUADRO 5.2 – ANÁLISE SWOT DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	51

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1. – PRINCIPAIS ELEMENTOS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NA DQA.	2
FIGURA 3.1. – COMPONENTES DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA.	13
FIGURA 3.2. – PÁGINA DE INTERNET DA APA COM INDICAÇÃO PARA O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	15
FIGURA 3.3. – EXTRATO DO FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.	15
FIGURA 3.4. – FORMULÁRIO <i>ONLINE</i> PARA INSCRIÇÃO NAS SESSÕES PÚBLICAS.	16
FIGURA 3.5. – INQUÉRITO <i>ONLINE</i> PARA ENVIO DA OPINIÃO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	17
FIGURA 3.6. – FORMULÁRIO <i>ONLINE</i> PARA ENVIO DE CONTRIBUTOS/OPINIÕES/SUGESTÕES.....	17
FIGURA 3.7. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O MODO DE CONHECIMENTO DO EVENTO (GLOBAL)	19
FIGURA 3.8. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O MODO DE CONHECIMENTO DO EVENTO (POR RH)	19
FIGURA 3.9. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A SESSÃO FOI ESCLARECEDORA” (GLOBAL).....	21
FIGURA 3.10. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A SESSÃO FOI ESCLARECEDORA” (POR RH).....	21
FIGURA 3.11. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A SESSÃO DECORREU DE FORMA ORGANIZADA E DINÂMICA” (GLOBAL).	22
FIGURA 3.12. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A SESSÃO DECORREU DE FORMA ORGANIZADA E DINÂMICA” (POR RH).	23
FIGURA 3.13. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A MODERAÇÃO DA SESSÃO CONTRIBUIU PARA DINAMIZAR O DEBATE” (GLOBAL).	24
FIGURA 3.14. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A MODERAÇÃO DA SESSÃO CONTRIBUIU PARA DINAMIZAR O DEBATE” (POR RH).	24
FIGURA 3.15. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “HOUE UMA DIVULGAÇÃO ADEQUADA DA SESSÃO” (GLOBAL).	25
FIGURA 3.16. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “HOUE UMA DIVULGAÇÃO ADEQUADA DA SESSÃO” (POR RH).....	26
FIGURA 3.17. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PARA A SESSÃO FOI CLARA E APELATIVA” (GLOBAL).	27
FIGURA 3.18. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “A INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PARA A SESSÃO FOI CLARA E APELATIVA” (POR RH).	27
FIGURA 3.19. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “DEVEM EXISTIR MAIS INICIATIVAS SEMELHANTES” (GLOBAL).	28
FIGURA 3.20. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “DEVEM EXISTIR MAIS INICIATIVAS SEMELHANTES” (POR RH).....	29
FIGURA 3.21. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “ESTOU DISPOSTO A PARTICIPAR NOOUTRA INICIATIVA COM ESTAS CARACTERÍSTICAS” (GLOBAL).....	30
FIGURA 3.22. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA À QUESTÃO: “ESTOU DISPOSTO A PARTICIPAR NOOUTRA INICIATIVA COM ESTAS CARACTERÍSTICAS” (POR RH).	30
FIGURA 3.23. – IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES	32
FIGURA 3.24. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A NATUREZA DA ENTIDADE QUE REPRESENTAM (GLOBAL)	35
FIGURA 3.25. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A NATUREZA DA ENTIDADE QUE REPRESENTAM (POR RH)	36
FIGURA 3.26. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ENTIDADE REPRESENTADA (GLOBAL).....	37
FIGURA 3.27. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ENTIDADE REPRESENTADA (POR SESSÃO) ...	37
FIGURA 3.28. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE (GLOBAL)	38
FIGURA 3.29. – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE (POR SESSÃO).	39
FIGURA 4.1. – FORMULÁRIO <i>ONLINE</i> PARA ENVIO DE CONTRIBUTOS/OPINIÕES/SUGESTÕES.....	40
FIGURA 4.2. – INQUÉRITO <i>ONLINE</i> PARA ENVIO DA OPINIÃO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	41

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Objetivos

O presente documento tem por objetivo apresentar os resultados do procedimento de participação pública que decorreu em Portugal Continental, entre novembro de 2014 e maio de 2015, sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) no âmbito do 2º ciclo de planeamento, tal como preconizado pela Diretiva Quadro da Água - DQA (artigo 14.º) e pela Lei da Água - LA (artigo 85.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho).

A informação integrada neste documento inclui os dados das sessões públicas realizadas e os contributos recebidos durante os seis meses de participação pública.

A identificação das QSiGA constitui uma peça fundamental para o processo de revisão dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), uma vez que, sendo anterior à elaboração destes planos, permite antever as questões/temas que serão necessariamente integrados no PGRH, tendo por base a caracterização da região hidrográfica, a análise das pressões e dos seus impactes sobre as massas de água e uma avaliação do seu estado, que se encontra descrito no relatório de caracterização da região hidrográfica (artigo 5.º da DQA), disponível à consulta pública no mesmo período do relatório das QSiGA.

1.2. Participação pública

A participação ativa de todas as partes interessadas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH é um ponto-chave para a DQA (artigo 14º) e para a Lei da Água (artigos 26º, 84º e 85º da Lei n.º58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º130/2012, de 22 de junho) enquanto motor para o sucesso da prossecução dos seus objetivos, na medida em que contribui para:

- Processos de tomada de decisão mais sustentados;
- Maior entendimento dos problemas ambientais e das contribuições dos vários setores para atingir os objetivos ambientais;
- Diminuição de eventuais conflitos sobre os usos da água, por desconhecimento ou falta de informação;
- Envolvimento dos utilizadores e *stakeholders* na implementação das medidas.

A DQA/LA exige mais do que a disponibilização de informação e a consulta pública. Exige que os Estados-Membros encorajem o envolvimento ativo dos *stakeholders* em todos os aspetos de implementação da diretiva.

A Figura 1.1 sintetiza os principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.

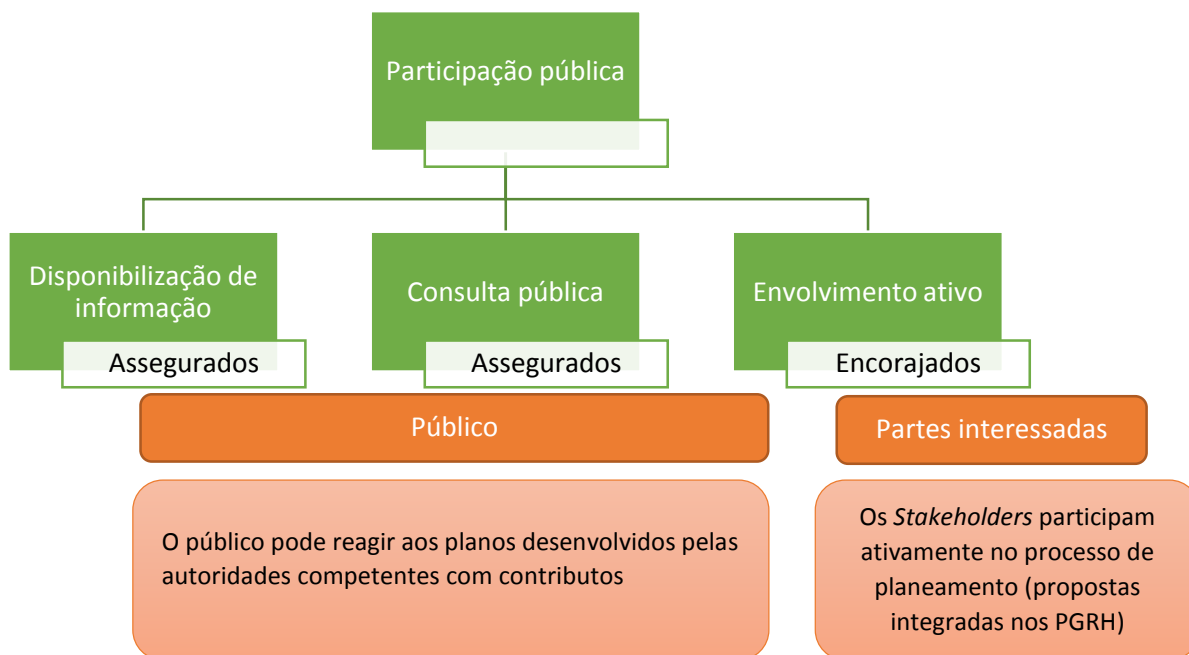


Figura 1.1. – Principais elementos da participação pública prevista na DQA.

Nos termos do artigo 84º da Lei da Água, compete ao Estado, através da autoridade nacional da água (Agência Portuguesa do Ambiente - APA), promover a participação ativa das pessoas singulares e coletivas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH, bem como assegurar a divulgação de informação ao público em geral e em especial aos utilizadores dos recursos hídricos, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação aplicável.

Por seu lado o artigo 26º da Lei da Água determina que na elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planeamento das águas será garantida:

- a) A intervenção dos vários departamentos ministeriais que tutelam as atividades interessadas no uso dos recursos hídricos e dos organismos públicos a que esteja afeta a administração das áreas envolvidas;
- b) A participação dos interessados através do processo de discussão pública e da representação dos utilizadores nos órgãos consultivos da gestão das águas;
- c) A publicação prévia, nomeadamente no sítio eletrónico da autoridade nacional da água, de toda a informação relevante nos termos do artigo 85º, na qual se enquadra o procedimento de participação pública das QSiGA.

O procedimento de participação pública das QSiGA, que constitui a 2ª fase de participação pública e que surge numa fase ainda preparatória dos PGRH, constitui uma oportunidade única, que deve ser potenciada pela Administração, e pelas partes interessadas, sendo que a participação e envolvimento dos principais agentes é fundamental para a concertação de posições e de compromissos sobre as questões a serem tratadas nos PGRH.

2. METODOLOGIA DAS QSiGA

2.1. Lista das potenciais Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA)

No âmbito dos PGRH, são identificadas como QSiGA as pressões decorrentes de ações antropogénicas sobre as massas de água, os impactes resultantes dessas ações e os aspetos de ordem normativa, organizacional, económica, ou outros, que dificultem ou coloquem em causa o cumprimento dos objetivos da DQA/LA.

Com base na lista de potenciais questões do 1º ciclo de planeamento e no diagnóstico efetuado para a revisão do Plano Nacional da Água foi elaborada uma nova listagem (Quadro 2.1) relativa a pressões e impactes associadas às massas de água. Optou-se por assegurar que esta lista fosse suficientemente alargada de modo a abranger todos os problemas identificados nas oito regiões hidrográficas do Continente.

Em termos gerais, parte-se de duas listagens de potenciais questões, uma relativa a pressões e impactes e outra relativa a questões de ordem normativa, organizacional e económica, às quais são aplicados critérios pré-definidos que permitem classificar a questão como significativa ou como não significativa.

A metodologia para identificar, em cada região hidrográfica, as questões do Quadro 2.1 que são suficientemente relevantes para serem consideradas significativas, baseia-se num processo de avaliação constituído por critérios com níveis de ponderação descrita no Anexo I dos relatórios das QSiGA. Considerando que a pontuação de uma questão poderá variar entre 17 pontos (questão muito significativa) e zero pontos (questão não significativa) identificaram-se como significativas todas as questões que obtiverem uma classificação igual ou superior a nove pontos.

A seleção dos critérios de identificação das questões mais significativas teve em conta:

- Os objetivos da legislação nacional e comunitária no domínio da água, em particular os objetivos ambientais da DQA;
- As principais pressões sobre as massas de água;
- O conhecimento disponível sobre o estado das massas de água.

O Quadro 2.1 apresenta a lista de potenciais matérias que estiveram na base da aplicação da metodologia de identificação das QSiGA no 2º ciclo.

Quadro 2.1 – Lista de potenciais QSiGA do 2º ciclo

Questões relativas a pressões e impactes
1. Afluências de Espanha
2. Agravamento da qualidade da água devido à suspensão dos sedimentos
3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos
4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade
5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)
6. Alterações do regime de escoamento
7. Competição de espécies não nativas com espécies autóctones
8. Contaminação de águas subterrâneas
9. Degradação de zonas costeiras

10. Destruição/fragmentação de habitats
11. Escassez de água
12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)
13. Intrusão salina e outros nas águas subterrâneas
14. Inundações
15. Poluição com substâncias prioritárias e perigosas (metais, pesticidas, substâncias de origem industrial)
16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO ₅ , azoto amoniacal)
17. Sobre-exploração de águas subterrâneas
18. Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e de rega
Questões de ordem normativa, organizacional e económica
19. Recursos humanos especializados insuficientes
20. Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficientes
21. Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais

Para cada questão identificada foi elaborada uma ficha de caracterização que inclui a informação apresentada no Quadro 2.2. As fichas para cada QSiGA encontram-se no Anexo II dos relatórios das QSiGA.

Quadro 2.2 – Informação que consta na ficha de caracterização de cada QSiGA

RHX – QSiGA X	Designação
Descrição	<i>(Descrição da QSiGA, incluindo o âmbito territorial)</i>
Impactes sobre as massas de água	<i>(Identificação dos impactes sobre as massa de água, identificando se possível as massas de água afetadas, incluindo as zonas protegidas)</i>
Setores responsáveis	<i>(Identificação dos setores de atividade económica responsáveis pelo problema e causas)</i>
Evolução histórica	<i>(Breve descrição histórica do problema, se aplicável, indicando eventuais estudos ou medidas já implementadas no passado)</i>
Entidades competentes	<i>(Identificação das entidades da Administração ou outras -entidades gestoras, associações, entre outros - responsáveis pela regulação e fiscalização e com competências para a resolução do problema)</i>
Objetivos a alcançar	<i>(Identificação dos objetivos a alcançar com a resolução do problema)</i>
Relação com o 1º ciclo de planeamento	<p><u>QSiGA identificada no 1º ciclo?</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não: Justificação dos motivos que conduziram à não identificação como QSiGA no 1º ciclo. • Sim: Identificação das medidas definidas no 1º PGRH e avaliação do estado de implementação das mesmas analisando o que foi realizado e os resultados obtidos, identificando eventuais desvios e perspetivas de cumprimento até ao fim de 2015.
Alternativas de atuação	<p><i>(Descrição sucinta da evolução do problema face a 2 linhas de atuação possíveis:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Cenário 0:</u> <i>Evolução do problema caso se mantenham as medidas previstas no 1º PGRH, ou seja, sem revisão do 1º PGRH;</i>

RHX – QSiGA X	Designação
	<ul style="list-style-type: none"> • Cenário 1: Cenário 0 + novas medidas de atuação que complementem as medidas definidas no 1º ciclo, incluindo uma análise geral do impacte socioeconómico das novas medidas;
	Efeitos das alternativas de atuação sobre os objetivos ambientais (Análise das implicações de implementar uma ou outra alternativa)
	Orientações para o PGRH 2016-2021 (Breve descrição de eventuais novas medidas a incluir no próximo ciclo de planeamento conducentes à resolução do problema, ou reformulação das existentes)
	QSiGA relacionadas (Identificação das QSiGA relacionadas)

2.2. QSiGA de âmbito nacional

Neste 2.º ciclo foram introduzidas quatro questões de âmbito nacional aplicáveis a todas as regiões hidrográficas: i) Limitações ao incremento do nível de internalização de custos pelos utilizadores da água, ii) Participação pública e envolvimento dos setores insuficiente, iii) Integração setorial da temática da água insuficiente e iv) Insuficiente sistematização e disponibilização de informação relativa às utilizações da água pelos diferentes setores.

Limitações ao incremento do nível de internalização de custos pelos utilizadores da água.

A DQA, no seu artigo 9º, consagra a necessidade da internalização dos custos dos serviços hídricos, segundo o princípio do utilizador-pagador/poluidor-pagador, que pressupõe que um adequado nível de preços da água incentiva a adoção de comportamentos mais eficazes e eficientes por parte dos respetivos utilizadores/poluidores. Existem, assim, duas questões essenciais subjacentes à internalização de custos pelos utilizadores da água:

- a) a progressividade ou o ritmo a que essa internalização deve acontecer durante os próximos 12 anos, com indexação à evolução dos respetivos rendimentos (taxa máxima do preço da água face aos rendimentos de cada setor);
- b) que medidas tomar para viabilizar esta internalização.

Tendo em conta que esta viabilização depende de uma variável não controlada pelo setor da água (evolução dos rendimentos das famílias e dos setores, dependentes do quadro macroeconómico) e de outras controladas (nível dos custos e das receitas da água, otimização de custos), será sobre estas últimas que deve incidir a discussão pública, como ferramenta essencial de suporte à decisão, nomeadamente:

- a) como reduzir os custos de forma sustentada (redução de perdas, inovações tecnológicas, reorganizações setoriais, desenvolvimentos legislativos, cuidadosa análise custo-benefício e custo-eficácia das medidas dos próximos PGRH)?
- b) que prioridades para a subsídio pública com base nos fundos nacionais ou comunitários disponíveis durante este período, em substituição do investimento privado dos utilizadores ou dos serviços de água?

Embora esta questão possa ter expressões diferenciadas a nível das regiões hidrográficas, está presente em todas elas e exige a definição de uma estratégia e de um conjunto de medidas a nível nacional.

Participação pública e envolvimento dos setores insuficiente

A divulgação, sensibilização e participação da comunidade é fundamental para uma maior integração e avaliação dos instrumentos de gestão da água. No entanto, a experiência tem demonstrado existir uma série de problemas associados, nomeadamente:

- a) A dificuldade de comunicação, articulação e cooperação entre entidades com competências diretas ou indiretas no setor da água;
- b) A necessidade de aumentar a divulgação de conceitos, princípios, projetos, boas práticas, documentos existentes e exigências legais sobre a água junto dos agentes e parceiros económicos, bem como do público em geral;
- c) A importância da participação da sociedade e de alguns setores de atividade económica nas questões relacionadas com a gestão da água.

Em síntese, os principais problemas identificados estão associados, em grande medida, ao facto de existirem diversas tipologias de informação a veicular, dirigidas a diversos recetores com origem em diferentes emissores, o que potencia o estabelecimento de inúmeras redes de comunicação.

Integração setorial da temática da água insuficiente

Os conflitos dos usos da água, no contexto nacional, devem ser avaliados pela sua natureza e também pela sua expressão. Existem conflitos de diversas naturezas, que simplifadamente podem ser originados por carência de quantidade de água ou por uma insuficiente qualidade para certos usos. Ao mesmo tempo, a sua representação espacial e, por isso expressão, é também variada, podendo dividir-se em conflitos nacionais, regionais ou locais.

A existência de uma prioridade de utilização do recurso para os diversos usos em caso de carência é também relevante para assegurar que são salvaguardadas as necessidades mais importantes, em particular para o uso urbano.

Será ainda importante ter presente que a tendência a nível da Europa é promover a transversalidade da temática da água pelas diferentes políticas setoriais, a qual se encontra bem patente no quadro dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimentos (FEEI) para o período 2015-2021 e que coincide com o prazo de aplicação do 2º ciclo dos PGRH.

Importa ainda referir que, de acordo com a informação disponível e tendo em conta a conjuntura socioeconómica atual, não será de afastar que surjam situações potenciais de conflitos entre as diretrizes das políticas setoriais com aplicação ao nível das regiões hidrográficas.

Insuficiente sistematização e disponibilização de informação relativa às utilizações da água pelos diferentes setores

Seria desejável a existência de um plano estratégico, que envolvesse a Administração Pública, congregando e articulando os investimentos, direcionando-os para as áreas onde existe, efetivamente, um maior défice de conhecimento, no sentido de assegurar uma melhor utilização dos recursos e uma efetiva gestão das águas. Embora uma fração substancial das entidades possua um processo de identificação e aferição das necessidades de conhecimento, investigação e estudos no domínio da água, o mesmo não é normalmente enquadrado por procedimentos formais e/ou sistematizados e especificamente dirigidos a esta questão.

Em suma, podem assim identificar-se como problemáticas as seguintes questões:

- a) Investimentos públicos em investigação e conhecimento não enquadrados por uma estratégia que responda às necessidades das entidades que gerem os recursos hídricos.
- b) Inexistência de procedimentos formais e/ou sistematizados, que envolvam as entidades de gestão da água e os setores, para aferir necessidades, lacunas de conhecimento, investigação e estudos no domínio da água.

Acresce que os fundos comunitários associados ao novo quadro de apoio obrigam a um cruzamento entre as necessidades dos setores, o estado das massas de água e cumprimento dos objetivos da DQA. Assim sendo, só a articulação e partilha de dados de base, bem como a sistematização e catalogação dos investimentos efetuados, que podem contribuir para melhorar ou preservar o estado das massas de água permitirão potenciar a utilização efetiva do quadro comunitário de apoio.

Será ainda relevante considerar as possibilidades associadas aos financiamentos previstos no Horizonte 2020, que promovem a Investigação e Desenvolvimento (I&D) associada à sua aplicação e adequação ao mercado e onde iniciativas como a promoção de novas tecnologias associadas à utilização e gestão da água poderão ter enquadramento.

2.3. QSiGA comuns e específicas identificadas em cada RH

A metodologia adotada para a identificação das questões significativas foi aplicada pela APA para as respetivas regiões, tendo sido desse modo selecionadas as QSiGA em cada região. O Quadro 2.3 sistematiza as QSiGA relativas a pressões e impactes e o Quadro 2.4 sistematiza as QSiGA de ordem normativa, organizacional e económica, identificadas nas oito regiões hidrográficas, assim com a relevância a nível nacional que cada QSiGA apresenta (considerando com relevância nacional as QSiGA comuns em 4 ou mais RH).

Quadro 2.3 – Lista das QSiGA relativas a pressões e impactes do 2º ciclo nas RH

Classificação das questões relativas a pressões e impactes												
Questões	Regiões hidrográficas								RH com QSiGA comuns (N.º)	Pontuação Total	Relevância nacional (S/N)	
	1	2	3	4	5	6	7	8			QSiGA 2014	QSiGA 2009
1. Afluências de Espanha	13		13		13		14		4	53	S	S
2. Agravamento da qualidade da água devido à suspensão dos sedimentos									0	0	N	N
3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	10	10	10	9	10	11	11		7	71	S	-
4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade					12	12	12	12	4	48	S	S
5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)	10	10	10		12			10	5	52	S	N
6. Alterações do regime de escoamento		11	11	11	10	11	11		6	65	S	S
7. Competição de espécies não nativas com espécies autóctones								11	1	11	N	N

Classificação das questões relativas a pressões e impactes												
Questões	Regiões hidrográficas								RH com QSIGA comuns (N.º)	Pontuação Total	Relevância nacional (S/N)	
	1	2	3	4	5	6	7	8			QSIGA 2014	QSIGA 2009
8. Contaminação de águas subterrâneas		11		10	10	10	10	12	6	63	S	S
9. Degradação de zonas costeiras	11	11	11	11	11			11	6	66	S	S
10. Destruição/ fragmentação de habitats		10	9	9	11	12	12		6	63	S	N
11. Escassez de água			12			11	11	12	4	46	S	S
12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)			12	11	11	15	15		5	64	S	S
13. Intrusão salina e outros nas águas subterrâneas								9	1	9	N	N
14. Inundações	10	10	10	9	9	9		9	7	66	S	S
15. Poluição com metais, com substâncias perigosas e substâncias prioritárias (biocidas e produtos fitofarmacêuticos)		11		11	9	12	12		5	55	S	S
16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)	13	13	12	10	13	15	15	14	8	105	S	S
17. Sobre-exploração de águas subterrâneas				9				11	2	20	N	N
18. Perdas de água nos sistemas de abastecimento e rega		11	11	9		11	11		5	53	S	
TOTAL de pontos	67	108	121	109	131	129	134	111	82	910	13	10
TOTAL de QSIGA	6	10	11	11	12	11	11	10				
% Face ao total de QSIGA	33%	56%	61%	61%	67%	61%	61%	56%				

Verifica-se que das 18 questões potenciais, quatro não foram consideradas com relevância nacional, sendo que essas questões já não tinham sido consideradas relevantes no 1º ciclo, em 2009.

Quadro 2.4 – Lista das QSIGA de ordem normativa, organizacional e económica do 2º ciclo nas RH

Classificação das questões potenciais de ordem normativa, organizacional e económica												
Questões potenciais	Regiões hidrográficas								RH com QSIGA comuns (N.º)	Pontuação Total	Relevância nacional (S/N)	
	1	2	3	4	5	6	7	8			QSIGA 2014	QSIGA 2009
19. Recursos humanos especializados insuficientes	2	2	2	2	1	1	1	1	8	12	S	S
20. Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das	2	2	2	2	2	1	1		7	12	S	S

Classificação das questões potenciais de ordem normativa, organizacional e económica													
Questões potenciais	Regiões hidrográficas								RH com QSiGA comuns (N.º)	Pontuação Total	Relevância nacional (S/N)		
	1	2	3	4	5	6	7	8			QSiGA 2014	QSiGA 2009	
massas de água insuficientes e/ou ineficientes													
21. Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais	2	2	2	2	2	1	1	2	8	14	S	S	
TOTAL de pontos	6	6	6	6	5	3	3	3	23	38	3	4	
TOTAL de QSiGA	3	3	3	3	3	3	3	2					

Todas as QSiGA de ordem normativa, organizacional e económica foram consideradas com importância nacional, uma vez que foram identificadas em 4 ou mais RH.

2.4. QSiGA comuns e específicas identificadas nas partes portuguesa e espanhola de cada região internacional

O processo de participação pública dos documentos das QSiGA, que em Espanha se designam por “Esquema Provisional de Temas Importantes (ETI)” decorreu formalmente, na maioria das confederações hidrográficas, durante o primeiro semestre de 2014.

Entende-se como Temas Importantes em Matéria de Gestão da Água para efeitos de planeamento hidrológico, as questões que ameaçam o cumprimento dos objetivos deste planeamento, ou seja, as pressões e impactos que possam impedir o cumprimento dos objetivos ambientais, as questões que dificultam a satisfação da procura e a racionalização das utilizações, as questões que ameaçam a segurança contra situações hidrológicas extremas, e as questões que dificultam o conhecimento e a governança.

O Quadro 2.5 sistematiza as QSiGA/ETI selecionadas em cada uma das partes das RH, identificando as que podem ser relacionadas entre si.

Quadro 2.5 - QSiGA e Temas Importantes identificados na parte portuguesa e espanhola das RH internacionais

RH	QSiGA	ETI
RH1 e DH Miño - SIL	1. Afluências de Espanha	F08. Incidencia sobre el estado de las masas trasfronterizas debido a las presiones ejercidas en la zona internacional de la demarcación
	3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	F05. Caudales ecológicos
	5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)	F01. Alteraciones hidromorfológicas
	9. Degradação de zonas costeiras	F12. Ocupación del Dominio Público Hidráulico y Marítimo Terrestre F17. Fenómenos meteorológicos extremos
	14. Inundações	F12. Ocupación del Dominio Público Hidráulico y Marítimo Terrestre F17. Fenómenos meteorológicos extremos
	16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)	F06. Contaminación por vertidos puntuales F07. Contaminación de origen agrícola y ganadero

RH	QSiGA	ETI
		F02. El uso hidroeléctrico
		F03. Extracción de agua
		F04. Ecosistemas acuáticos y terrestres dependientes del medio hídrico
		F09. Gestión forestal
		F10. Clasificación tipológica de las masas de agua y valoración del estado
		F11. Minería
		F13. Otros problemas importantes
		F14. Abastecimiento urbano y a la población dispersa
		F15. Otros usos
		F18. Eventos accidentales que puedan producir contaminación u otros efectos adversos
		F19. Seguridad de las infraestructuras
	19. Recursos humanos especializados insuficientes	
	20. Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficientes	
	21. Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais	
	N. Limitações ao incremento do nível de internalização de custos pelos utilizadores da água	
	N. Participação pública e envolvimento dos setores insuficiente	
	N. Integração setorial da temática da água insuficiente	
	N. Insuficiente sistematização e disponibilização de informação relativa às utilizações da água pelos diferentes setores	
RH3 e DH Duero	1. Afluências de Espanha	
	3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	DU-04 Caudales ecológicos
	5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)	
	6. Alterações do regime de escoamento	DU-03 Amenazas sobre los ecosistemas acuáticos
	9. Degradação de zonas costeiras	
	10. Destruição/ fragmentação de habitats	DU-03 Amenazas sobre los ecosistemas Acuáticos DU-19 Integración DMA y Red Natura 2000
	11. Escassez de água	DU-13 Gestión de Sequías
	12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)	DU-03 Amenazas sobre los ecosistemas acuáticos
	14. Inundações	DU-11 Delimitación y gestión de zonas inundables DU-17 Gestión del Dominio Público Hidráulico

RH	QSiGA	ETI
	16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)	DU-03 Amenazas sobre los ecosistemas acuáticos DU-07 Demandas urbanas: abastecimiento y depuración DU-08 Demandas agrarias DU-09 Satisfacción de nuevas demandas agrarias
	18. Perdas de água nos sistemas de abastecimento e rega	DU-07 Demandas urbanas: abastecimiento y depuración DU-08 Demandas agrarias DU-09 Satisfacción de nuevas demandas agrarias
		DU-10 Otros usos del agua
		DU-12 Seguridad de presas y embalses
	19. Recursos humanos especializados insuficientes	
	20. Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficientes	
	21. Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais	
	N. Limitações ao incremento do nível de internalização de custos pelos utilizadores da água	
	N. Participação pública e envolvimento dos setores insuficiente	
	N. Integração setorial da temática da água insuficiente	
	N. Insuficiente sistematização e disponibilização de informação relativa às utilizações da água pelos diferentes setores	
RH5 e DH Tajo	1. Afluências de Espanha	4.01 Fomento de la cooperación hispano-portuguesa para la protección y aprovechamiento sostenible de las aguas transfronterizas
	3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	1.04 Definición, concertación e implantación de caudales ecológicos
	4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade	1.01 Cumplimiento de los objetivos medioambientales en las masas de agua superficiales 1.02 Cumplimiento de objetivos medioambientales en zonas protegidas 4.05 Impacto de especies invasoras y alóctonas
	5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)	1.01 Cumplimiento de los objetivos medioambientales en las masas de agua superficiales
	6. Alterações do regime de escoamento	1.01 Cumplimiento de los objetivos medioambientales en las masas de agua superficiales 1.02 Cumplimiento de objetivos medioambientales en zonas protegidas 3.01 Sequías 4.04 Estimación de los recursos hídricos e impacto del cambio climático sobre los Mismos
	8. Contaminação de águas subterrâneas	1.03 Cumplimiento de los objetivos medioambientales y mejora de la protección en las masas de agua subterránea 4.03 Mejora del conocimiento de las masas de agua subterránea
	9. Degradação de zonas costeiras	—
	10. Destruição/ fragmentação de habitats	1.01 Cumplimiento de los objetivos medioambientales en las masas de agua superficiales 1.02 cumplimiento de objetivos medioambientales en zonas protegidas

RH	QSiGA	ETI
	12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)	1.01 Cumplimiento de los objetivos medioambientales en las masas de agua superficiales
	14. Inundações	3.02 Inundaciones
	15. Poluição com substâncias prioritárias e perigosas (metais, pesticidas, substâncias de origem industrial)	4.06 Contaminantes emergentes
	16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)	1.01 Cumplimiento de los objetivos medioambientales en las masas de agua superficiales
		2.01 Racionalización y eficiencia del uso del agua y mejora en abastecimientos
		2.02 Atención de las demandas y eficiencia en el uso del agua en regadíos
		2.03 Reutilización de aguas regeneradas y criterios de asignación
RH7 e DH Guadiana	1. Afluências de Espanha	-
	3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	T.I.06. Dificultades en definición, implantación y seguimiento de caudales ambientales
	4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade	T.I.04. Proliferación de espécies alóctonas invasoras
	6. Alterações do regime de escoamento	T.I.05. Alteración hidromorfológica de masas de água superficiales
	8. Contaminação de águas subterrâneas	T.I.02. Contaminación difusa
	10. Destruição/ fragmentação de habitats	T.I.05. Alteración hidromorfológica de masas de água superficiales
	11. Escassez de água	T.I.09. Dificultades para la atención a las demandas
	12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)	T.I.01. Contaminación localizada T.I.02. Contaminación difusa
	15. Poluição com substâncias prioritárias e perigosas (metais, pesticidas, substâncias de origem industrial)	T.I.01. Contaminación localizada T.I.02. Contaminación difusa
	16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)	T.I.01. Contaminación localizada T.I.02. Contaminación difusa
	18. Perdas de água nos sistemas de abastecimento e rega	-
		T.I.03. Sobreexplotación de masas de água subterránea
		T.I.07. Necesidad de mejora y actualización del conocimiento para logro de omas
		T.I.07. Necesidad de propuesta de medidas adicionales para logro de omas para logro de omas

3. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.1. Metodologia da participação pública

A avaliação do processo de consulta pública foi estruturada de acordo com o esquema apresentado na Figura 3.1.

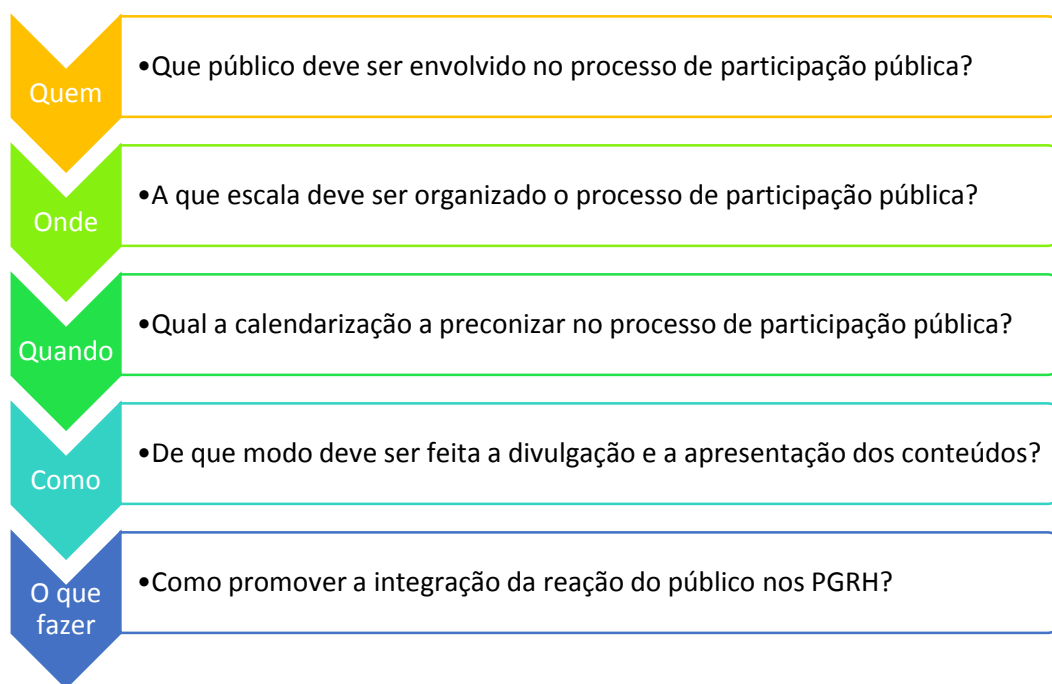


Figura 3.1. – Componentes da avaliação do processo de consulta pública.

Para cada um destes aspetos, a avaliação foi efetuada:

- Comparando o preconizado na DQA/LA com o que foi efetuado;
- Recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos que resultam da análise da informação recolhida nos inquéritos efetuados aos presentes nas sessões,
- Com base nas críticas e sugestões efetuadas pelos participantes das sessões de apresentação.

Assim, e de modo a sistematizar a informação, para cada um destes itens foi elaborada uma Ficha Síntese, com a estrutura que se apresenta no Quadro 3.1 e que se descreve no capítulo seguinte.

Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de consulta pública e dos resultados.

O QUE PRECONIZA A DQA / LA: Com base na leitura da DQA/LA e no estipulado no Guia, serão enunciados os requisitos mínimos que teriam que ser cumpridos para cada um dos itens enunciados.	O QUE FOI FEITO: Neste ponto foram descritas as tarefas empreendidas para o desenvolvimento do processo de participação pública das Questões Significativas de Gestão da Água (QSiGA) no âmbito do processo de elaboração dos PGRH.
INDICADORES: Foram desenvolvidos indicadores (tais como a composição dos participantes em termos de sectores económicos ou satisfação dos participantes face à informação disponibilizada) que permitem quantificar o desempenho deste processo e avaliar os resultados obtidos no âmbito das sessões públicas. De modo a facilitar a leitura, e tornar a avaliação mais apelativa, essa informação foi, sempre que possível, apresentada sob a	

forma de gráficos e figuras.	
CRÍTICAS E SUGESTÕES: Foram analisadas e descritas as críticas e sugestões, respeitantes a cada um dos itens em análise, manifestadas pelos participantes nas sessões públicas.	AVALIAÇÃO PRELIMINAR: Com base na análise e confronto dos elementos apresentados, foi feita uma avaliação sumária e tecidas sugestões, quer para a incorporação nos PGRH, quer para as futuras fases de participação pública previstas.

3.2. Divulgação e sessões realizadas

No âmbito do procedimento de participação pública dos documentos das “Questões Significativas da Gestão da Água” das regiões hidrográficas do continente foram realizadas 10 sessões públicas entre fevereiro e abril de 2015 (Quadro 3.2). No dia 2 de junho de 2015 teve lugar, em Lisboa, uma apresentação pública sobre os resultados expostos neste documento.

Quadro 3.2 – Sessões públicas realizadas por região hidrográfica e nº de entidades e participantes.

Região Hidrográfica (RH)	Data	Local	Participantes (N.º)	Entidades representadas (Nº)
Todas as RH	12. fevereiro	Lisboa	114	71
Minho e Lima (RH1)	20. fevereiro	Viana do Castelo	84	45
Cávado, Ave e Leça (RH2)	27. março	Braga	88	42
Douro (RH3)	17. março	Porto	100	57
Vouga, Mondego e Lis (RH4)	3. março	Coimbra	55	24
	17. março	Coimbra	43	23
Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	8. abril	Alcanena	55	29
Sado e Mira (RH6)	24. fevereiro	Évora	90	31
Guadiana (RH7)	24. fevereiro	Évora		
Ribeiras do Algarve (RH8)	24. março	Faro	26	11
	27. março	Tavira	11	5
TOTAL			666	338

Ainda no âmbito do processo de participação pública, a Câmara de Santarém (RH Tejo e Oeste) promoveu no dia 30 de abril de 2015 *uma sessão de divulgação sobre as QSiGA, dirigida ao público em geral que consistiu em priorizar as 5 QSiGA consideradas de maior relevância e na recolha dos principais problemas das linhas de água no concelho de Santarém*. Este evento contou com 54 participantes: alunos da UTIS- Universidade da Terceira Idade de Santarém, alunos da Escola Secundária Sá da Bandeira, alunos Escola Superior de Educação de Santarém, Municípios de Santarém. O evento foi divulgado através de *e-mail* e da imprensa diária.

3.2.1. Como deve ser feita a divulgação e a consulta pública?

O QUE PRECONIZA A DQA/LA:

DIVULGAÇÃO:

Não aparece mencionado na Diretiva, nem no Guia, como deve ser feita a divulgação dos processos de consulta pública.

O Guia e a Lei da Água chamam, no entanto, a atenção para a utilização da Internet como meio de divulgação.

SESSÕES PÚBLICAS:

De acordo com o artigo 14.º da DQA, os Estados-Membros garantirão, em relação a cada região hidrográfica, que sejam publicados e facultados ao público para eventual apresentação de observações o relatório das QSiGA. Este relatório deverá ser elaborado, pelo menos dois anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.

Conquanto a diretiva especifique que os comentários do público têm que ser disponibilizados na forma escrita (por correio, *email*, etc.), podendo ser consideradas, adicionalmente, outras formas de consulta pública:

- Consulta escrita: quando o público é chamado a comentar por via escrita as propostas ou medidas. Nesta medida, deve incluir-

O QUE FOI FEITO:

DIVULGAÇÃO:

A divulgação do processo de participação pública foi efetuada através dos seguintes meios:

- Internet: www.apambiente.pt (Figura 3.2).



Figura 3.2. – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública.

- Correio eletrónico;
- Folheto de divulgação (Figura 3.3)



Figura 3.3. – Extrato do folheto de divulgação do processo de participação pública.

RELATÓRIOS:

A informação de suporte sobre o Processo de Participação Pública foi a seguinte (por

se a utilização da Internet.

- Consulta oral: quando o público é auscultado em entrevistas, *workshops* e conferências. Durante estes eventos os principais aspetos são apresentados e os *stakeholders* são convidados a dar a sua perceção, conhecimento e opiniões acerca de aspetos específicos.

região hidrográfica):

- Relatórios das Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA);
- Relatórios de Caracterização da região hidrográfica (artigo 5.º da DQA);
- Resumos para participação pública de ambos os relatórios descritos anteriormente.

Estes relatórios estiveram em consulta pública entre 17 de novembro de 2014 e 17 de maio de 2015 no sítio institucional da Agência Portuguesa do Ambiente (APA):

<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=848#QSiGA>

SESSÕES PÚBLICAS:

Foram promovidas pela APA sessões públicas de apresentação e discussão, abertas a todos os interessados, nos locais e nas datas já identificados. A ficha de inscrição do participante (Anexo I) foi efetuada através de um formulário *online* para caracterização do público presente (Figura 3.4):



Figura 3.4. – Formulário *online* para inscrição nas sessões públicas.

Nestas sessões, foram fornecidos os seguintes elementos:

- Folheto informativo;
- Ficha de avaliação da sessão (Anexo I);
- Inquérito de opinião (Anexo I).

A agenda das sessões incluiu:

1. Estratégia de desenvolvimento dos PGRH;
2. Questões Significativas da Gestão da Água;
3. Debate / esclarecimentos.

Para além das sessões de apresentação e discussão, o processo de participação pública envolveu ainda a participação de todos os interessados por escrito, através dos seguintes meios:

- Preenchimento do inquérito *online* para envio da opinião sobre a documentação disponibilizada (Figura 3.5)



Figura 3.5. – Inquérito *online* para envio da opinião sobre a documentação técnica

- Preenchimento do formulário disponibilizado *online* para envio de contributos/opiniões/sugestões (Figura 3.6)



Figura 3.6. – Formulário *online* para envio de contributos/opiniões/sugestões

- Utilizando os seguintes endereços de correio eletrónico consoante a região hidrográfica:

pgrh@apambiente.pt
pgrh_norte@apambiente.pt
pgrh_centro@apambiente.pt
pgrh_tejo@apambiente.pt
pgrh_alentejo@apambiente.pt
pgrh_algarve@apambiente.pt

INDICADORES:**DIVULGAÇÃO:**

Para avaliar o **desempenho na divulgação das sessões públicas**, consideraram-se os seguintes indicadores:

1. Número de entidades contactadas;
2. Meios de divulgação;
3. Modo de conhecimento das sessões pelos participantes;
4. Avaliação das sessões públicas.

1. Número de entidades contactadas: 1848 (havendo muitas repetidas nas várias regiões) segundo a distribuição apresentada no Quadro 3.3 (através de correio eletrónico).

Quadro 3.3 – N.º de entidades contactadas

Região	Entidades contactadas (N.º)
Nacional	96
Norte	300
Centro	574
Tejo	514
Alentejo	205
Algarve	114
TOTAL	1848

2. Meios de divulgação utilizados: nota de imprensa, o correio eletrónico e a página de Internet da APA com indicação dos locais e datas das sessões públicas.
3. Quantificação da eficácia dos métodos de divulgação utilizados: Quadro 3.4, Figura 3.7 e Figura 3.8.

Quadro 3.4 – Distribuição dos participantes de acordo com o modo de conhecimento do evento

Região	Sessão		Modo de conhecimento do evento			Total
	Locais	Datas	E-mail/ofício Institucional	Site institucional	Outro	
Nacional	Lisboa	12. fevereiro	73	16	25	114
RH1	Viana do Castelo	20. fevereiro	37	3	44	84
RH2	Braga	27.março	41	2	45	88
RH3	Porto	17. março	47	7	45	100
RH4	Coimbra	3. março	41	7	5	53
RH4	Coimbra	17. março	33	7	3	43
RH5	Alcanena	28. abril	41	0	14	55
RH6	Évora	24. fevereiro	90	0	0	90
RH7	Évora	24. fevereiro				
RH8	Faro	24.março	25	1	0	26
RH8	Tavira	27.março	10	1	0	11
TOTAL			438	44	181	627

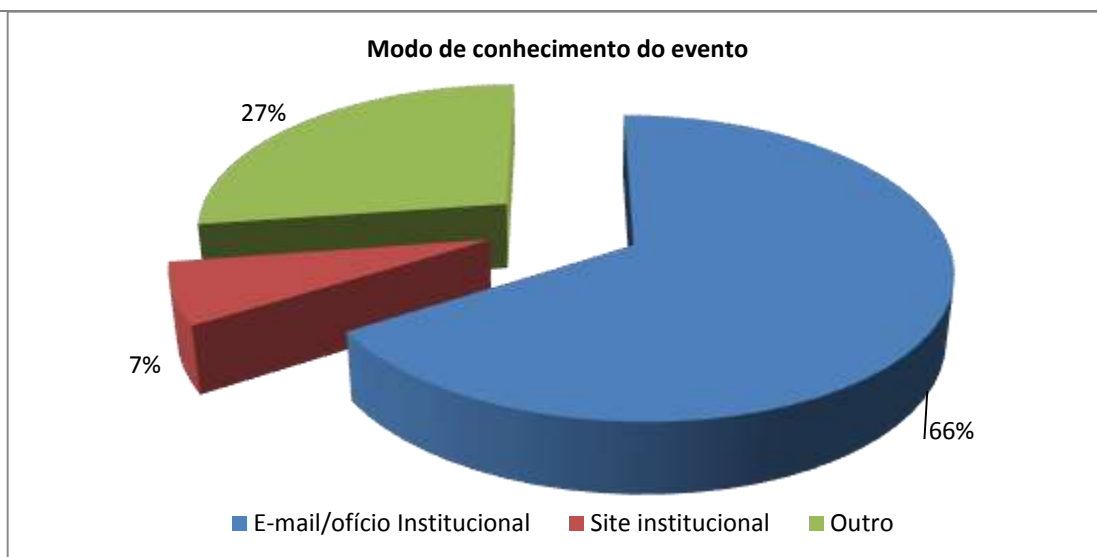


Figura 3.7. – Distribuição dos participantes de acordo com o modo de conhecimento do evento (global)

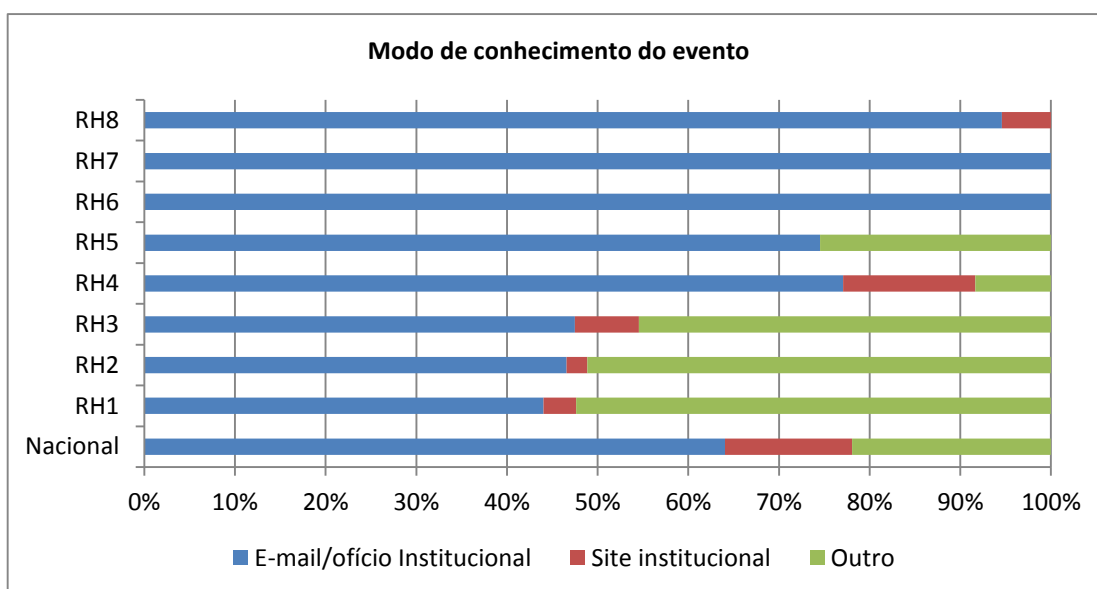


Figura 3.8. – Distribuição dos participantes de acordo com o modo de conhecimento do evento (por RH)

Com base nos elementos apresentados, conclui-se que:

- Dos 627 participantes nas sessões que responderam à questão sobre o modo de conhecimento do evento, mais de 66% indicaram o correio eletrónico, 27% através de outro meio e apenas 7% através do site da APA.
- A sessão de Évora é a que apresenta a percentagem maior de participantes que tomaram conhecimento do evento através de correio eletrónico, atingindo valor de 100%;
- Nas sessões do Norte, o modo de conhecimento, foi igualmente repartido por correio eletrónico e por outro meio, nomeadamente o contacto telefónico, com cerca de 50%.
- Conclui-se que o site da APA foi o meio menos utilizado para conhecimento do evento em praticamente em todas as sessões, tendo o seu valor mais alto na sessão de Lisboa e na sessão da RH4, com cerca de 15%.

SESSÕES PÚBLICAS:

4. A avaliação das sessões públicas foi efetuada recorrendo aos inquéritos efetuados aos participantes, cujos resultados se sintetizam nos quadros e figuras seguintes. As respostas foram dadas numa escala de 1 a 5 em que 5 – concordo e 1 – discordo e foram analisadas as respostas dadas pelos participantes sobre as seguintes questões:
- A sessão foi esclarecedora
 - A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica
 - A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate
 - Houve uma adequada divulgação da sessão
 - A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa
 - Devem existir mais iniciativas semelhantes
 - Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características

Quadro 3.5 – Número global de respostas de acordo com a classificação atribuída às questões relativas ao conteúdo das sessões públicas

Questões / Classificação	Respostas segundo a classificação às questões (N.º)					Total
	1	2	3	4	5	
a) A sessão foi esclarecedora	2	3	41	70	12	128
b) A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica	0	7	8	74	37	126
c) A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate	1	5	16	72	31	125
d) Houve uma adequada divulgação da sessão	2	14	37	46	25	124
e) A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa	4	5	33	61	22	125
f) Devem existir mais iniciativas semelhantes	1	2	5	37	81	126
g) Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características	1	3	6	46	69	125
TOTAL	12	41	149	410	282	879

Em termos globais, cerca de 32% dos inquiridos atribuíram classificação 5 às questões *supramencionadas*, cerca de 46% atribuiu a classificação 4, cerca de 17% classificou com 3, 4% classificou com 2 e 1% atribuiu o valor 1. A distribuição das classificações consoante as questões diferiram bastante, sendo que as melhores classificadas foram para as questões f) e g) e a pior classificação foi para a questão d).

I. A sessão foi esclarecedora**Quadro 3.6 – Distribuição dos participantes por sessão de acordo com a classificação atribuída à questão: “A sessão foi esclarecedora”**

Região	Sessão	A sessão foi esclarecedora				
		1 (discordo)	2	3	4	5 (Concordo)
Nacional	Lisboa	0	2	7	14	3
RH1	Viana do Castelo	0	0	1	6	1
RH2	Braga	0	0	2	2	1
RH3	Porto	0	0	1	13	1
RH4	Coimbra	0	0	15	8	0
RH4	Coimbra	2	1	12	6	2
RH5	Alcanena	0	0	3	11	1
RH6	Évora	0	0	0	3	2
RH7	Évora					
RH8	Faro	0	0	0	6	1
RH8	Tavira	0	0	0	1	0
TOTAL		2	3	41	70	12

Quando inquiridos sobre se **“A sessão foi esclarecedora”**, cerca de 9% dos inquiridos atribuí classificação 5, 55% atribuiu classificação 4 à questão formulada e cerca de 32% classificou com 3. Apenas nas sessões de Lisboa e Coimbra foram atribuídas classificações 1 e 2 a esta questão num total de 5 respostas.

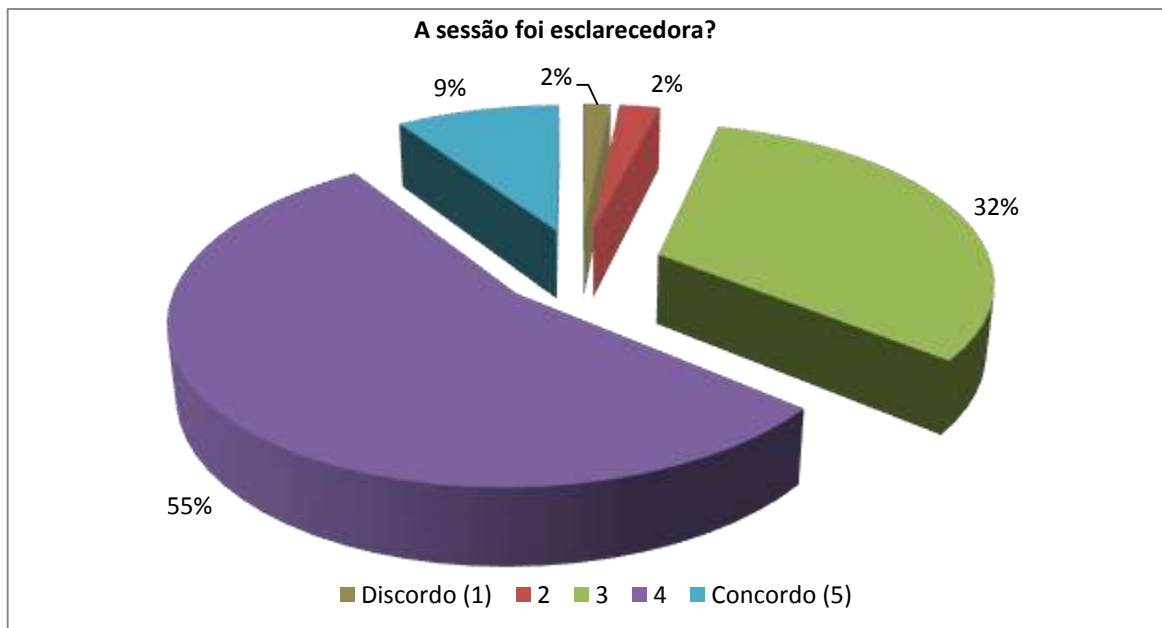


Figura 3.9. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: **“A sessão foi esclarecedora”** (global)

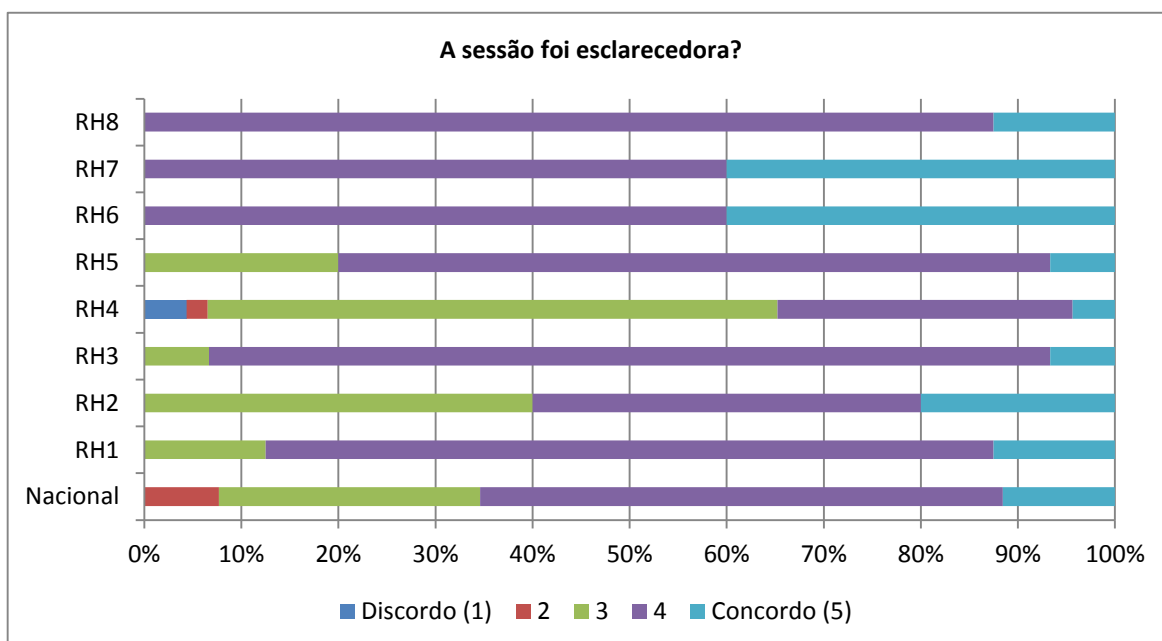


Figura 3.10. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: **“A sessão foi esclarecedora”** (por RH).

II. A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica

Quadro 3.7 – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica”

Região	Sessão	A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica				
		1	2	3	4	5
Nacional	Lisboa	0	4	2	14	6
RH1	Viana do Castelo	0	0	0	8	0
RH2	Braga	0	0	1	3	1
RH3	Porto	0	1	0	10	4
RH4	Coimbra	0	0	0	12	11
RH4	Coimbra	0	2	1	12	6
RH5	Alcanena	0	0	3	7	5
RH6	Évora	0	0	1	1	3
RH7	Évora					
RH8	Faro	0	0	0	6	1
RH8	Tavira	0	0	0	1	0
TOTAL		0	7	8	74	37

Em relação à questão: “A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica”, a maior parte das respostas incidu sobre a classificação 4 com 59% e na classificação 5 com 29%, totalizando cerca de 88%, sendo que os valores 3 e 2 foram atribuídos por cerca de 6% dos inquiridos. Apenas nas sessões de Lisboa, Porto e Coimbra foi atribuída classificação 2 a esta questão num total de 7 respostas.

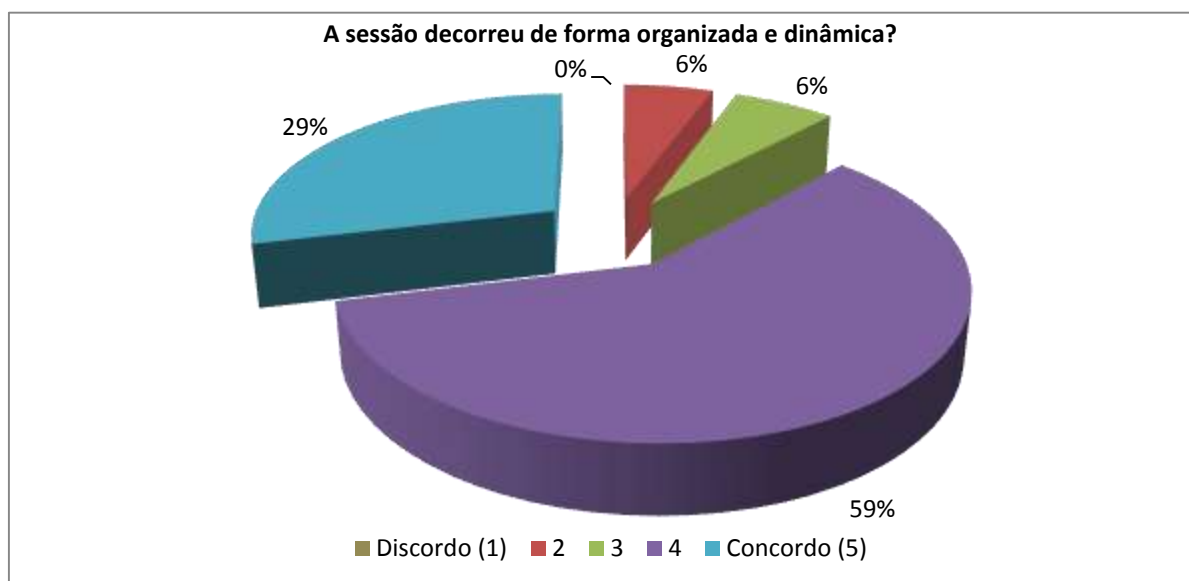


Figura 3.11. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica” (global).

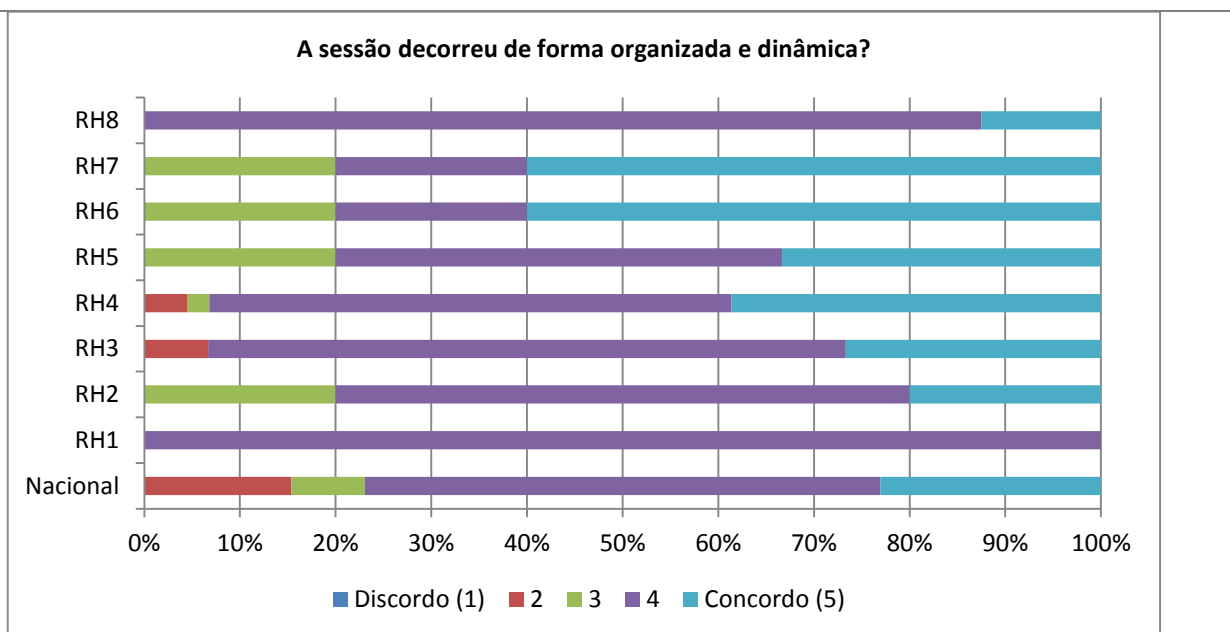


Figura 3.12. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica” (por RH).

III. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate

Quadro 3.8 – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate”

Região	Sessão	A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate				
		1	2	3	4	5
Nacional	Lisboa	1	4	7	11	2
RH1	Viana do Castelo	0	0	1	6	1
RH2	Braga	0	0	1	3	1
RH3	Porto	0	1	1	9	4
RH4	Coimbra	0	0	1	14	8
RH4	Coimbra	0	0	3	11	7
RH5	Alcanena	0	0	1	10	4
RH6	Évora	0	0	0	3	2
RH7	Évora	0	0	0	3	2
RH8	Faro	0	0	1	4	2
RH8	Tavira	0	0	0	1	0
TOTAL		1	5	16	72	31

Relativamente aos resultados da questão: “A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate”, a maior parte das respostas incidiu sobre a classificação 4 com 58% e na classificação 5 com 25%, totalizando cerca de 83%, sendo que o valor 3 foi atribuído por cerca de 13% dos inquiridos. Apenas nas sessões de Lisboa e Porto foi atribuído classificação 2 a esta questão num total de 6 respostas.

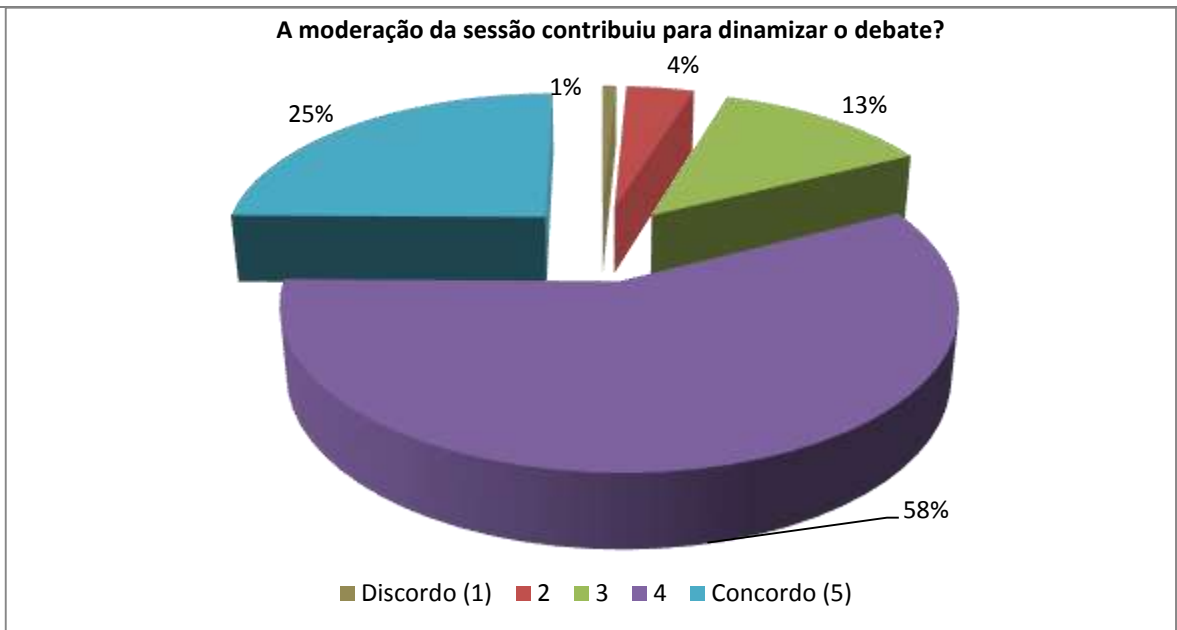


Figura 3.13. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate” (global).

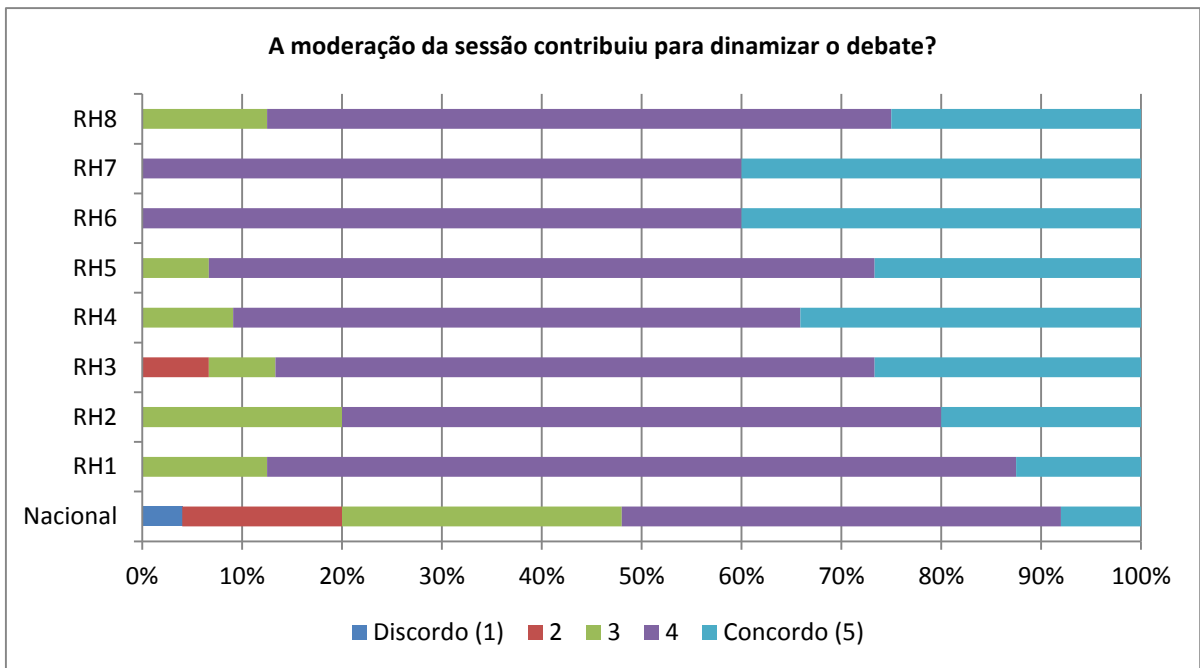


Figura 3.14. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate” (por RH).

IV. Houve uma adequada divulgação da sessão

Quadro 3.9 – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Houve uma divulgação adequada da sessão”

Região	Sessão	Houve uma divulgação adequada da sessão?				
		1	2	3	4	5
Nacional	Lisboa	2	8	8	3	4
RH1	Viana do Castelo	0	0	2	4	2
RH2	Braga	0	0	1	3	1
RH3	Porto	0	1	4	6	4
RH4	Coimbra	0	1	5	11	6
RH4	Coimbra	0	0	5	14	2
RH5	Alcanena	0	3	7	3	2
RH6	Évora	0	0	2	2	1
RH7	Évora					
RH8	Faro	0	1	3	0	3
RH8	Tavira	0	0	0	0	0
TOTAL		2	14	37	46	25

Relativamente aos resultados da questão: “Houve uma divulgação adequada da sessão”, a maior parte das respostas incidiu sobre a classificação 4 com 37% e na classificação 3 com 30%, sendo que o valor 4 foi atribuído por cerca de 20% dos inquiridos. Houve várias sessões onde foi atribuída a classificação 2 a esta questão num total de 16 respostas.

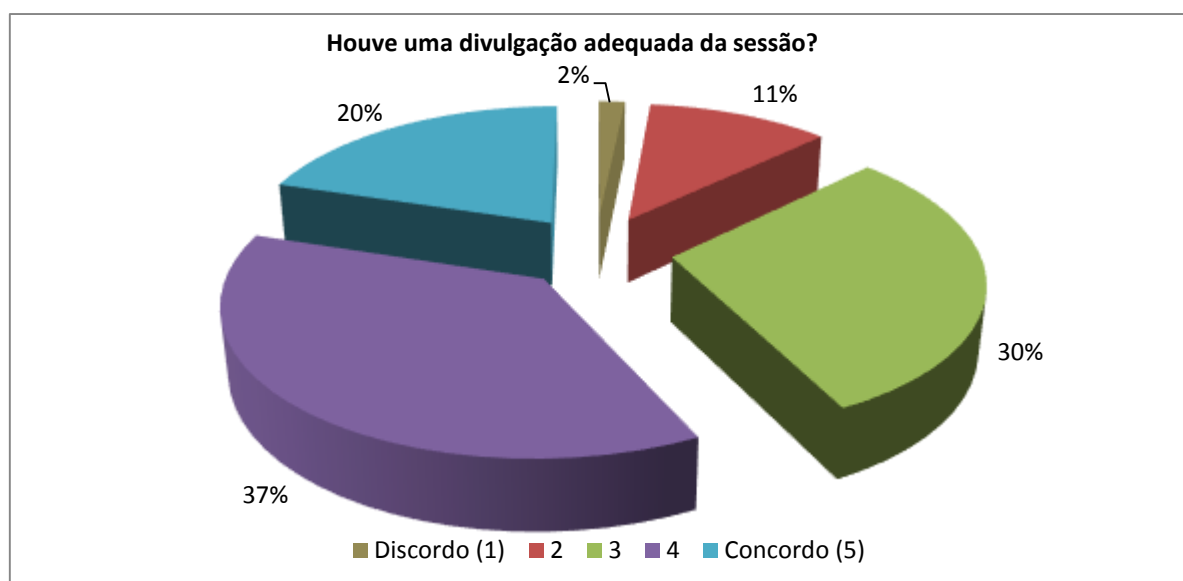


Figura 3.15. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Houve uma divulgação adequada da sessão” (global).

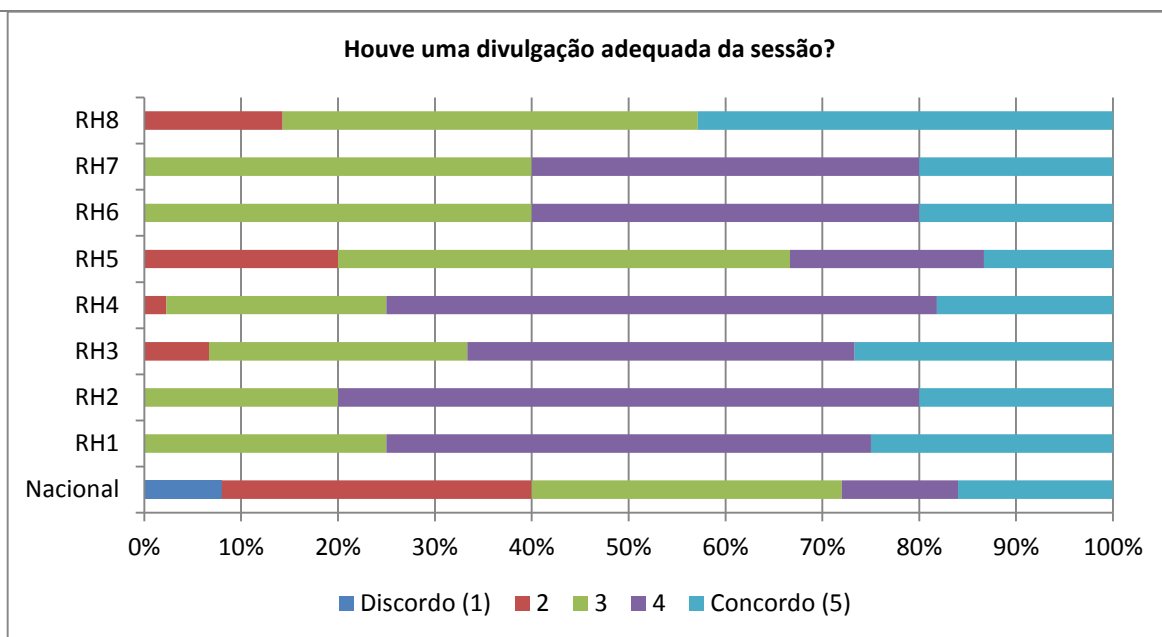


Figura 3.16. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Houve uma divulgação adequada da sessão” (por RH).

V. A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa

Quadro 3.10 – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa”

Região	Sessão	A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa				
		1	2	3	4	5
Nacional	Lisboa	3	2	12	7	2
RH1	Viana do Castelo	0	0	2	6	0
RH2	Braga	0	0	1	3	1
RH3	Porto	0	0	4	8	3
RH4	Coimbra	0	2	2	15	4
RH4	Coimbra	1	1	3	12	4
RH5	Alcanena	0	0	5	4	5
RH6	Évora	0	0	1	3	1
RH7	Évora	0	0	1	3	1
RH8	Faro	0	0	3	2	2
RH8	Tavira	0	0	0	1	0
TOTAL		4	5	33	61	22

Relativamente aos resultados da questão: “A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa”, a maior parte das respostas incidu sobre a classificação 4 com 49% e na classificação 3 com 26%, sendo que o valor 4 foi atribuído por cerca de 18% dos inquiridos. Apenas nas sessões de Lisboa e Coimbra foi atribuída a classificação 2 a esta questão num total de 5 respostas.

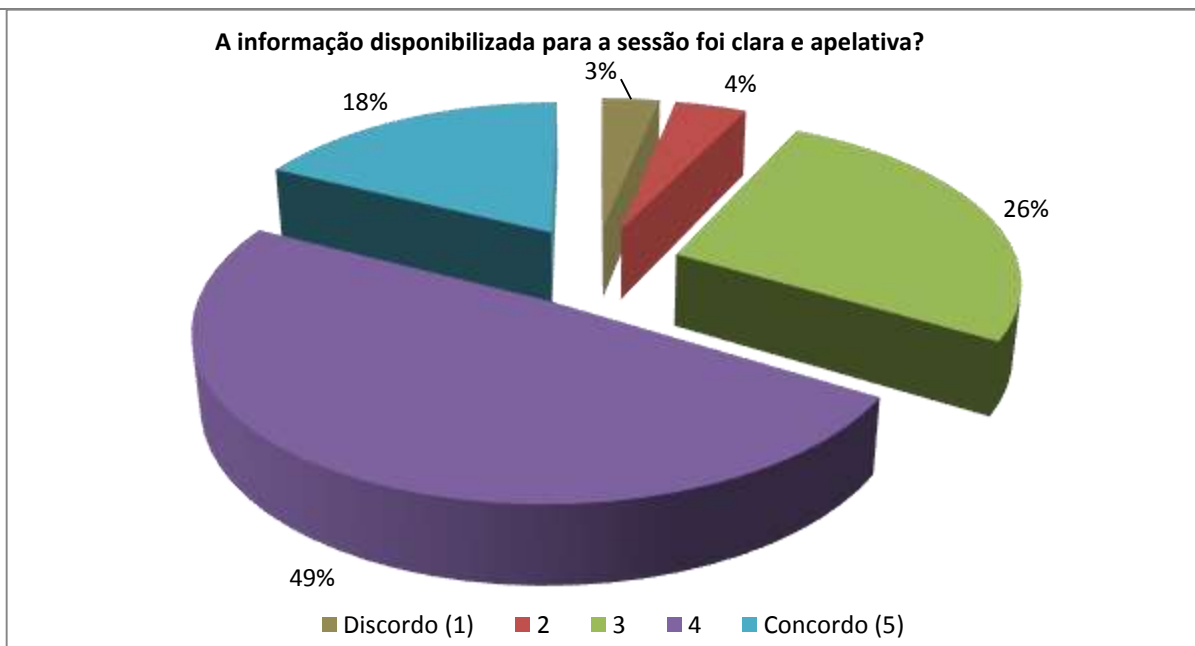


Figura 3.17. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa” (global).

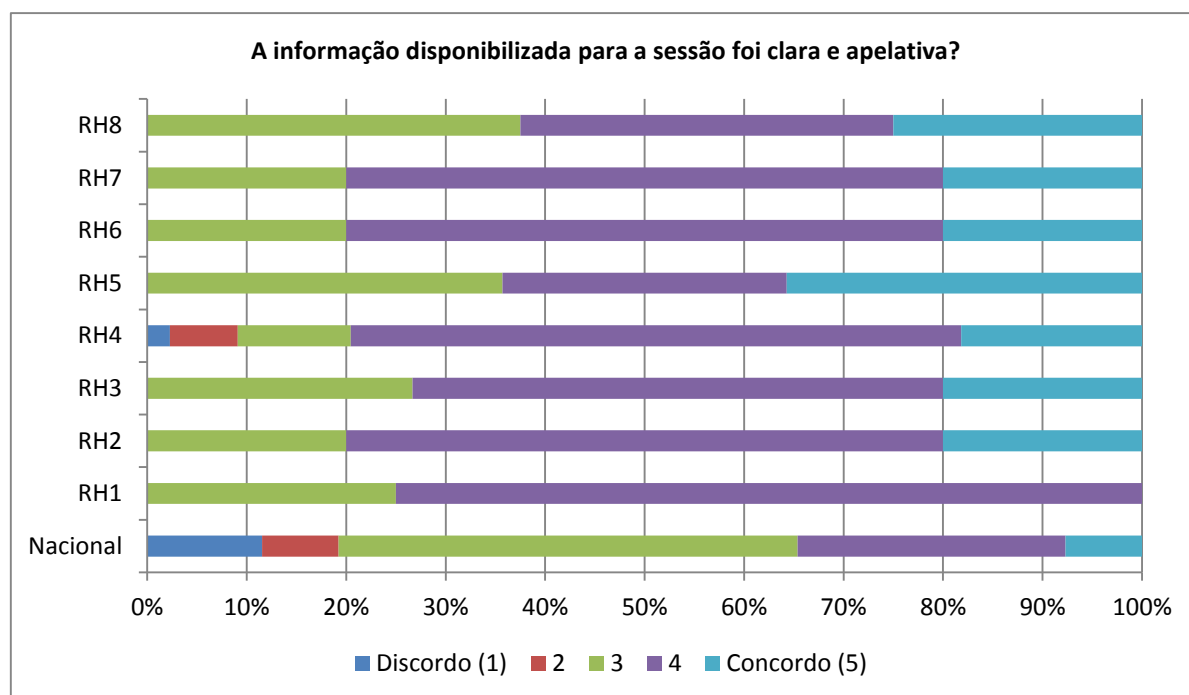


Figura 3.18. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa” (por RH).

VI. Devem existir mais iniciativas semelhantes

Quadro 3.11 – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Devem existir mais iniciativas semelhantes”

Região	Sessão	Devem existir mais iniciativas semelhantes				
		1	2	3	4	5
Nacional	Lisboa	1	2	2	8	13
RH1	Viana do Castelo	0	0	0	2	6
RH2	Braga	0	0	1	1	3
RH3	Porto	0	0	1	3	11
RH4	Coimbra	0	0	0	6	17
RH4	Coimbra	0	0	0	9	12
RH5	Alcanena	0	0	0	6	9
RH6	Évora	0	0	0	1	4
RH7	Évora					
RH8	Faro	0	0	1	1	5
RH8	Tavira	0	0	0	0	1
TOTAL		1	2	5	37	81

Relativamente aos resultados da questão: “Devem existir mais iniciativas semelhantes”, a maior parte das respostas incidu sobre a classificação 5 com 64% e na classificação 4 com 29%, num total de 93%. Apenas na sessão de Lisboa foi atribuída a classificação 1 e 2 a esta questão num total de 3 respostas.

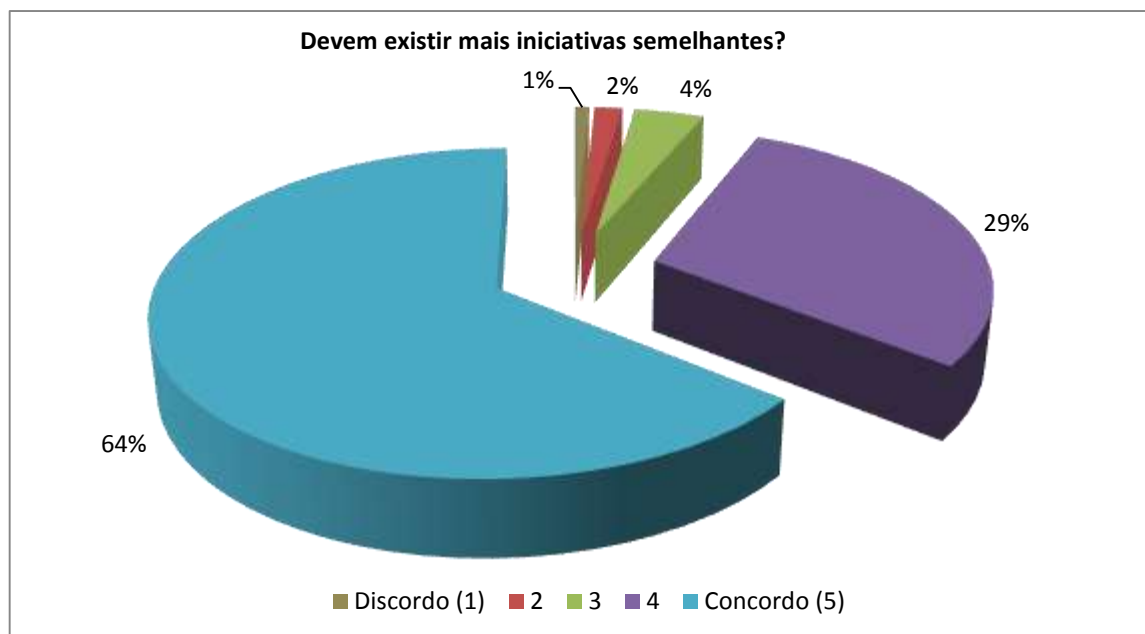


Figura 3.19. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Devem existir mais iniciativas semelhantes” (global).

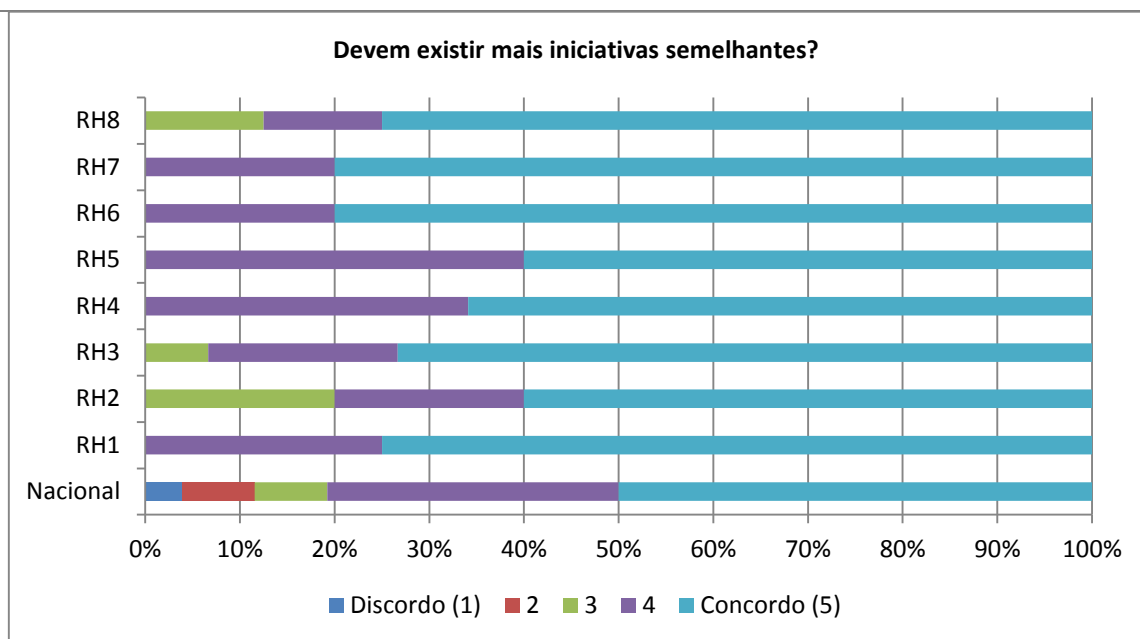


Figura 3.20. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Devem existir mais iniciativas semelhantes” (por RH).

VII. Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características

Quadro 3.12 – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características”

Região	Sessão	Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características				
		1	2	3	4	5
Nacional	Lisboa	1	3	3	6	12
RH1	Viana do Castelo	0	0	0	4	4
RH2	Braga	0	0	0	4	1
RH3	Porto	0	0	1	4	10
RH4	Coimbra	0	0	0	8	15
RH4	Coimbra	0	0	1	8	12
RH5	Alcanena	0	0	0	8	7
RH6	Évora	0	0	0	2	3
RH7	Évora	0	0	0	2	3
RH8	Faro	0	0	1	1	5
RH8	Tavira	0	0	0	1	0
Total		1	3	6	46	69

Relativamente aos resultados da questão: “Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características”, a maior parte das respostas recaiu sobre a classificação 5 com 55% e na classificação 4 com 37%, num total de 92%. Apenas na sessão de Lisboa foi atribuída a classificação 1 e 2 a esta questão num total de 4 respostas.

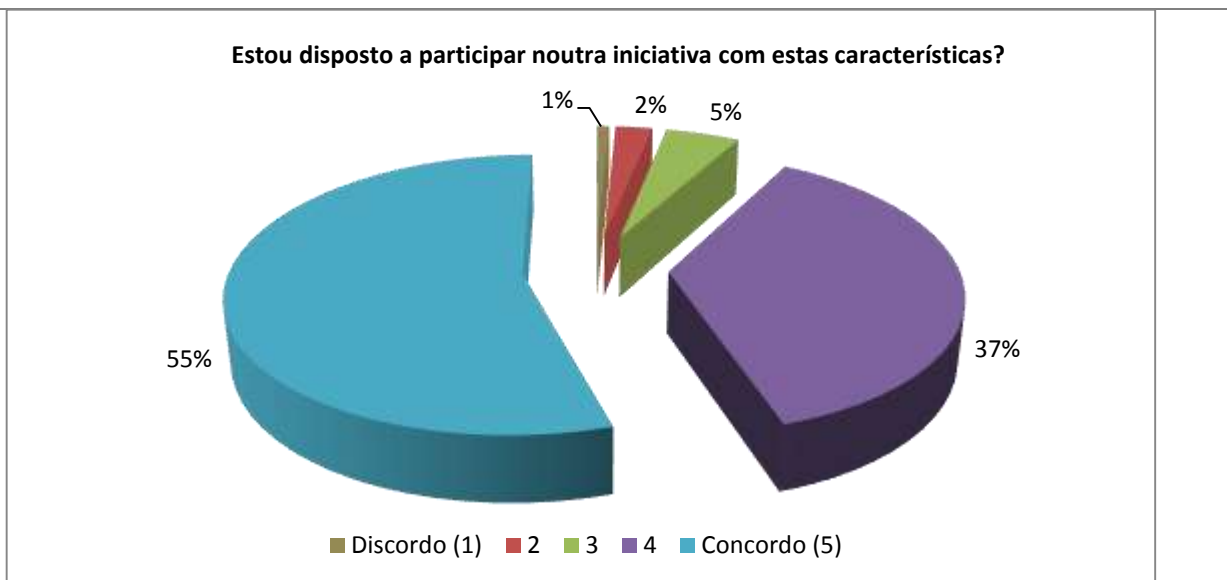


Figura 3.21. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características” (global).

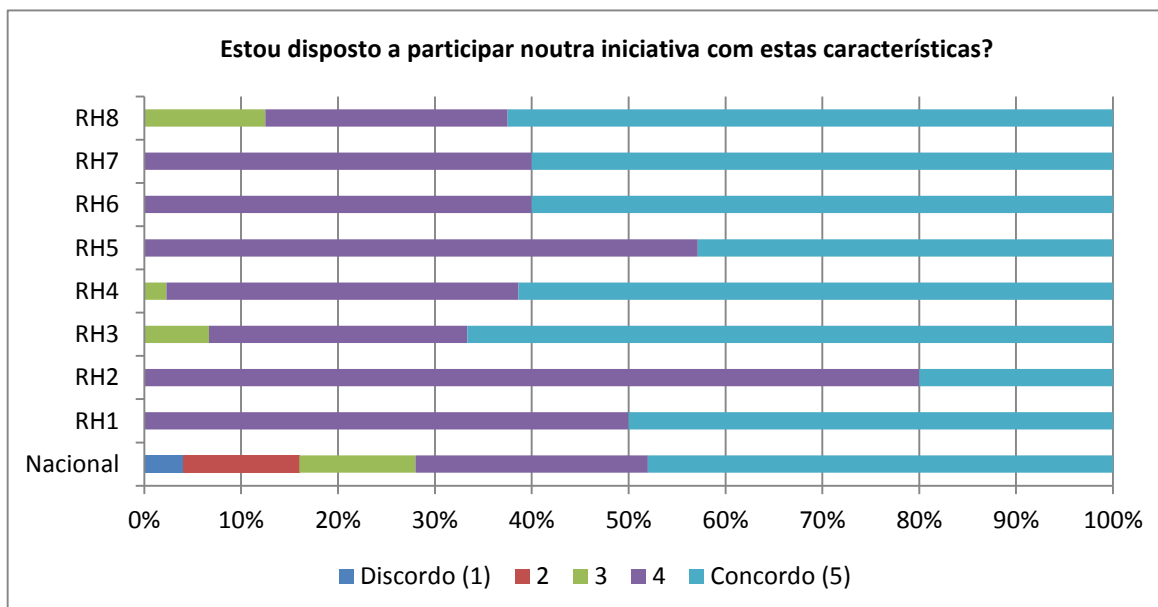


Figura 3.22. – Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída à questão: “Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características” (por RH).

CRÍTICAS E SUGESTÕES

DIVULGAÇÃO:

Relativamente à divulgação do processo de participação pública, foram feitas, pelos participantes, as seguintes sugestões:

- Promover uma maior divulgação das sessões;
- Maior divulgação por “não institucionais”, nomeadamente pela imprensa, uma vez que existe público que não acede à internet:

SESSÕES PÚBLICAS:

No que respeita ao conteúdo das sessões, foram feitas as seguintes críticas:

- Falta de divulgação das apresentações pelos participantes,
- A primeira mesa (mais política) foi muito demorada nos tempos de resposta,
- A apresentação deve mostrar vídeos que ilustrem bem as QSiGA e fotografias mas exemplificativas;
- Apresentação extensa e utilização de linguagem técnica nem sempre perceptível pela generalidade da população,
- Uma sessão de esclarecimento não é o mesmo que uma sessão de participação pública. As questões devem ser construídas com participação pública de facto representativa, com tempo, e seguindo metodologias que possibilitem a intervenção, o diálogo e até o conflito. Na participação existem metodologias específicas para a construção das questões e debate em conjunto e clareza quanto à justificação quando os contributos não são tidos em conta nos processos de decisão;
- A gestão tem de ser mais colaborativa, sendo necessário uma boa articulação entre as entidades, pois ganha-se muito nos resultados obtidos. Essa articulação deve começar no interior de cada entidade, com uma adequada concertação e auscultação dentro de cada serviço.

Foi relativamente ao conteúdo das sessões registaram-se as seguintes sugestões:

- Contemplar a implementação de novos sistemas de monitorização, nomeadamente das zonas costeiras, e salvaguardar a manutenção dos sistemas existentes, como, por exemplo, a rede de estações meteorológicas gerida pelo SNIRH;
- Quantificar custos da não implementação das medidas a médio prazo vs com custos da implementação das medidas;
- Em vez de se referir que Portugal Continental tem 8 regiões hidrográficas, é mais correto dizer que Portugal tem 10 regiões hidrográficas.

AVALIAÇÃO GERAL

Da análise efetuada aos elementos apresentados pode concluir-se que:

- O processo de divulgação das sessões foi globalmente positivo, o que aliás foi reconhecido pelo público das sessões, que atribuiu boas classificações a esta componente;
- O meio mais eficaz de divulgação das sessões foi o *e-correio eletrónico* / ofício;
- Segundo a avaliação efetuada pelos inquiridos, pode considerar-se que, em termos gerais, as sessões foram úteis e esclarecedoras sobre o processo de elaboração das QSiGA e que teve resultados positivos;
- Outras sugestões, como seja a discussão dos programas de medidas, também não faria qualquer sentido neste procedimento, mas sim quando for realizada a consulta pública da versão provisória dos PGRH.

3.2.2.A que escala deve ser organizado o processo de participação pública das QSiGA?

O QUE PRECONIZA A DQA	O QUE FOI FEITO
<p>A implementação da diretiva requer atividades a escalas diferentes:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A nível internacional, nacional, regional e local.▪ À escala da região	<p>A APA, enquanto autoridade nacional da água, organizou o processo de participação pública:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A nível nacional a apresentação da estratégia de desenvolvimento dos PGRH e de algumas QSiGA por região hidrográfica (Figura 3.23)▪ A nível regional: através da promoção de sessões de apresentação e

hidrográfica, da bacia hidrográfica, da massa de água, etc.

Coloca-se por isso a questão de saber a que escala deve ser organizada a participação pública.

O artigo 14.º da DQA vem exigir a consulta pública no processo de planeamento dos PGRH e como tal deve ser adotada a escala da região hidrográfica ou da parte nacional da região hidrográfica internacional.

Segundo o Guia, existem boas razões para organizar a participação pública a escalas menores. A nível local, os efeitos da gestão da água serão sentidos de forma mais direta e podem ser esperadas mais reações dos *stakeholders* caso a participação seja organizada a esta escala.

Ainda de acordo com este documento, se a nível da região hidrográfica só é organizada uma conferência os assuntos só serão discutidos a nível geral. Devem por isso ser fomentados processos de consulta pública a nível local e regional, organizados não só pela autoridade competente pela região hidrográfica mas também por entidades regionais e locais.

Deve, no entanto, ter-se em conta os custos associados.

discussão das QSiGA



Figura 3.23. – Identificação dos locais de realização das sessões

INDICADORES

A distribuição dos participantes e entidades de acordo com as sessões é apresentada no Quadro 3.2. Este indicador permite avaliar se a escala adotada foi eficaz no envolvimento dos diferentes tipos de entidades: nacionais, regionais e locais.

Note-se que estiveram presentes nas sessões, entre outros, representantes de:

- 338 entidades;
- Municípios e serviços da água, nomeadamente entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;

- Entidades da Agricultura da administração e associações de agricultores e associações de regantes,
- Entidades do Turismo;
- Entidades do Setor industrial;
- Organizações não-governamentais de Ambiente;
- Universidades.

CRÍTICAS E SUGESTÕES	AVALIAÇÃO PRELIMINAR
<p>No que diz respeito à escala adotada para a realização das sessões de consulta pública, foram feitas pelos participantes as seguintes sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover reuniões temáticas que desenvolvam a abordagem técnica das atividades previstas. 	<p>A análise efetuada permite concluir que a escala adotada para a realização foi adequada aos objetivos pretendidos.</p> <p>A opção por esta escala resultou num equilíbrio entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A vontade de envolver o maior número possível de entidades regionais e locais e o público em geral (que, como vimos, responde melhor a ações locais); ▪ Os custos associados à promoção de sessões locais – que permitiriam a análise de informação a menores escalas e com maior detalhe.

3.2.3. Como calendarizar o processo de participação pública?

O QUE PRECONIZA A DQA								
<p>A calendarização dos processos de consulta pública deve obedecer ao estipulado no artigo 14.º da DQA, que se sintetiza no Quadro 3.13.</p>								
<p style="text-align: center;">Quadro 3.13. – Calendarização do processo de consulta pública.</p> <table border="1" data-bbox="274 1146 1318 1451"> <tbody> <tr> <td data-bbox="274 1146 496 1249">Dezembro 2012</td> <td data-bbox="496 1146 1318 1249">Calendário e programa de trabalhos para a elaboração dos PGRH, incluindo uma lista das medidas de consulta a tomar, pelo menos três anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="274 1249 496 1352">Dezembro 2013</td> <td data-bbox="496 1249 1318 1352">Síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água detetadas na bacia hidrográfica, pelo menos dois anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="274 1352 496 1417">Dezembro 2014</td> <td data-bbox="496 1352 1318 1417">Projetos do plano de gestão de bacia hidrográfica, pelo menos um ano antes do início do período a que se refere o plano de gestão.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="274 1417 496 1451">Dezembro 2015</td> <td data-bbox="496 1417 1318 1451">Versão final dos PGRH</td> </tr> </tbody> </table> <p>De acordo com o Guia, as partes interessadas devem ser envolvidas assim que seja possível e antes que as decisões sejam tomadas.</p>	Dezembro 2012	Calendário e programa de trabalhos para a elaboração dos PGRH, incluindo uma lista das medidas de consulta a tomar, pelo menos três anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.	Dezembro 2013	Síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água detetadas na bacia hidrográfica, pelo menos dois anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.	Dezembro 2014	Projetos do plano de gestão de bacia hidrográfica, pelo menos um ano antes do início do período a que se refere o plano de gestão.	Dezembro 2015	Versão final dos PGRH
Dezembro 2012	Calendário e programa de trabalhos para a elaboração dos PGRH, incluindo uma lista das medidas de consulta a tomar, pelo menos três anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.							
Dezembro 2013	Síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água detetadas na bacia hidrográfica, pelo menos dois anos antes do início do período a que se refere o plano de gestão.							
Dezembro 2014	Projetos do plano de gestão de bacia hidrográfica, pelo menos um ano antes do início do período a que se refere o plano de gestão.							
Dezembro 2015	Versão final dos PGRH							
<p>O QUE FOI FEITO</p> <p>Apresenta-se no Quadro 3.14 a síntese da calendarização do processo de participação pública em termos das fases dos PGRH e dos procedimentos próprios relativos a esta fase de participação pública das QSiGA.</p>								

Quadro 3.14 – Calendarização do processo de participação pública seguido pela APA

Tarefa		Período
Período de Participação pública do Calendário e programa de trabalhos		dezembro 2012 – junho 2013
Elaboração dos relatórios das QSiGA e da caracterização do artigo 5º para à participação pública (documentos de apoio)		junho 2014 – novembro 2014
Colocação da documentação no <i>site</i> da APA		novembro/dezembro 2014
Período de Participação pública dos relatórios das QSiGA e dos relatórios da caracterização do artigo 5º		novembro 2014 – maio de 2015
Envio de <i>mailing list</i> às entidades para divulgação da abertura do procedimento		dezembro de 2014
Sessões públicas	Elaboração de materiais de apoio às sessões: ficha de inscrição e avaliação, agenda, folhetos	janeiro de 2015
	Envio de <i>e-correio eletrónico</i> às entidades para divulgação das sessões	fevereiro a março de 2015
	Notas de imprensa	fevereiro a março de 2015
	Convite/Confirmação via telefone das presenças	fevereiro a março de 2015
	Realização das sessões	fevereiro a abril de 2015
Avaliação do procedimento de Consulta pública		maio 2015

3.3. Nível e qualidade da participação

3.3.1. Que público deve ser envolvido no processo de participação pública das QSiGA?

O QUE PRECONIZA A DQA/LA	O QUE FOI FEITO
<p>Tal como referido anteriormente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A consulta pública e a divulgação de informação devem envolver o público em geral. ▪ O envolvimento ativo convida à participação das partes interessadas ou <i>stakeholders</i>. <p>O Guia sugere que devem ser envolvidos no processo de consulta pública, entre outros, os seguintes <i>stakeholders</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridades eleitas; ▪ Grupos locais; ▪ Cidadãos individuais; ▪ Agricultores, ▪ Representantes de indústrias e de empresas. 	<p>Foi intenção que participassem no processo de consulta pública todas as pessoas singulares ou coletivas, direta ou indiretamente afetadas pela implementação dos PGRH, em particular, a Administração Pública central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.</p> <p>Mais especificamente, foram “convidados” a ter um papel ativo neste processo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organismos da administração pública com competências no setor da água. ▪ As organizações não governamentais de ambiente (ONGA). ▪ As associações e organizações setoriais (urbano, agricultura, indústria, energia e turismo). ▪ Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água. <p>A lista de participantes nas sessões encontra-se no Anexo II.</p>

INDICADORES

Para avaliar o **nível e qualidade da participação**, consideraram-se os seguintes indicadores por região hidrográfica (RH):

1. Natureza da entidade;
2. Âmbito da entidade;
3. Grau de escolaridade.

O público presente foi representativo da diversidade de entidades envolvidas no processo de consulta pública das QSiGA, em termos de:

1. **Natureza da entidade**, analisada de acordo com a tipologia apresentada no Quadro 3.15, Figura 3.25 e Figura 3.24.

Quadro 3.15 – Distribuição dos participantes por RH de acordo com a natureza da entidade que representam.

RH	Natureza da entidade							
	Organização profissional	Associação de desenvolvimento local/regional	Empresa pública	Empresa privada	Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA)	Organismo da Administração	Universidade/Centro de Investigação	Título individual
Sessão Lisboa	3	1	8	12	3	31	7	0
RH1	0	0	9	9	0	52	4	10
RH2	0	1	5	7	1	66	4	4
RH3	0	4	10	19	4	44	10	9
RH4	0	6	10	8	2	54	15	0
RH5	0	2	3	1	0	48	1	0
RH6	2	6	14	2	0	65	1	0
RH7	2	0	1	0	1	7	1	0
TOTAL	7	20	60	58	11	367	43	23

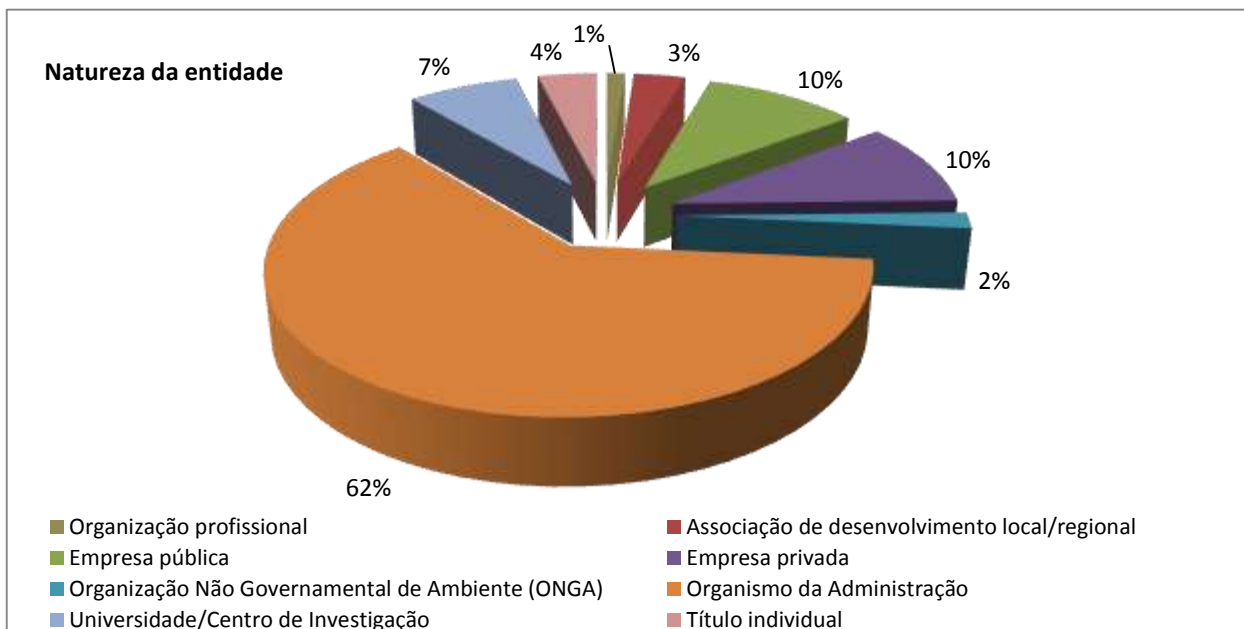


Figura 3.24. – Distribuição dos participantes de acordo com a natureza da entidade que representam (global)

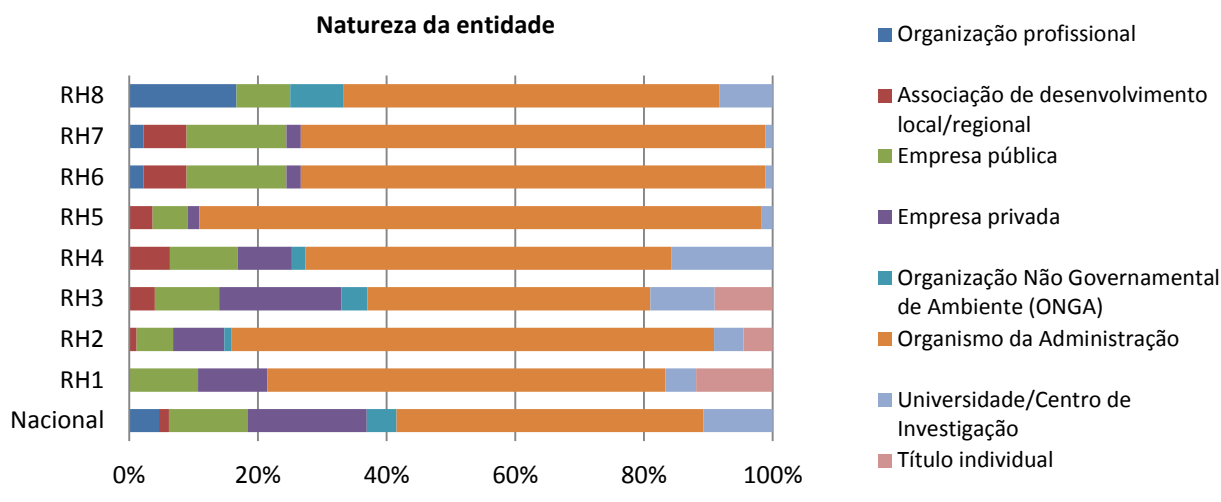


Figura 3.25. – Distribuição dos participantes de acordo com a natureza da entidade que representam (por RH)

Com base nos elementos apresentados, conclui-se que:

- São as entidades da Administração que têm maior representatividade nas sessões com 62%, destacando-se das restantes. Em seguida são as empresas públicas e privadas com 10% respetivamente.
- Por tipo de natureza da entidade destaca-se por região hidrográfica o seguinte:
 - Entidades de natureza “Organização profissional” corresponderam a 17% dos representantes na RH8;
 - Entidades de natureza “Empresa privada” destacaram-se na sessão de Lisboa e na RH3 com 19% de representantes;
 - Entidades de natureza “Universidade/Centro de Investigação” destacaram-se na sessão de Lisboa e nas RH3 e RH4 com cerca de 10% de representantes;
 - Entidades de natureza “Empresa pública” destacaram-se no Alentejo com 15% de representantes.

2. Âmbito geográfico da entidade representada: local, regional ou nacional.

Quadro 3.16. – Distribuição dos participantes de acordo com o âmbito geográfico da entidade representada

RH	Âmbito da entidade			
	Distrital	Local	Regional	Nacional
Sessão Lisboa	1	38	7	67
RH1	0	41	6	37
RH2	0	40	12	36
RH3	1	20	3	60
RH4	0	17	16	63
RH5	5	28	20	2
RH6	2	30	47	11
RH7	0	0	0	0
RH8	0	3	6	4
Total	9	217	117	280

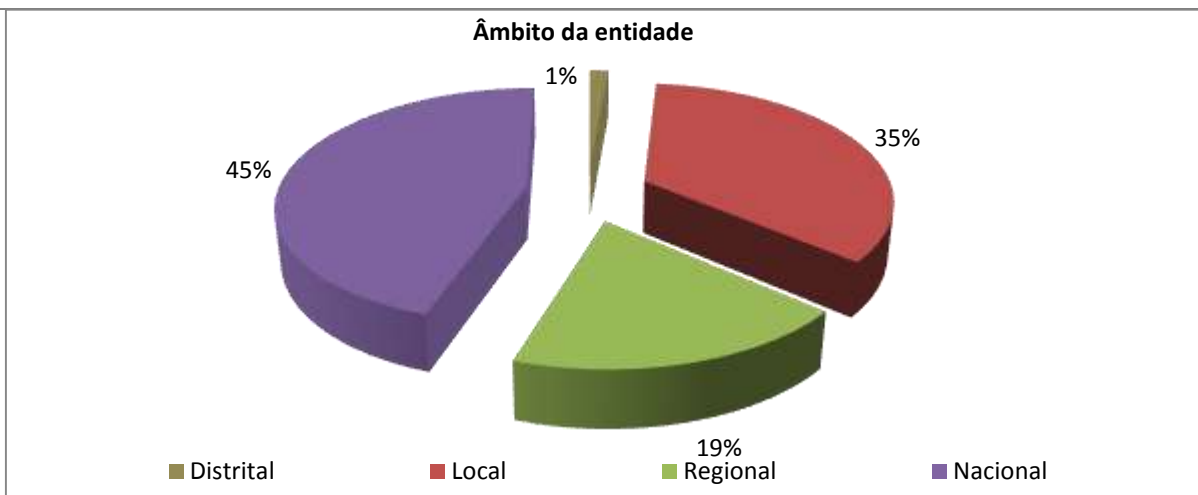


Figura 3.26. – Distribuição dos participantes de acordo com o âmbito geográfico da entidade representada (global)

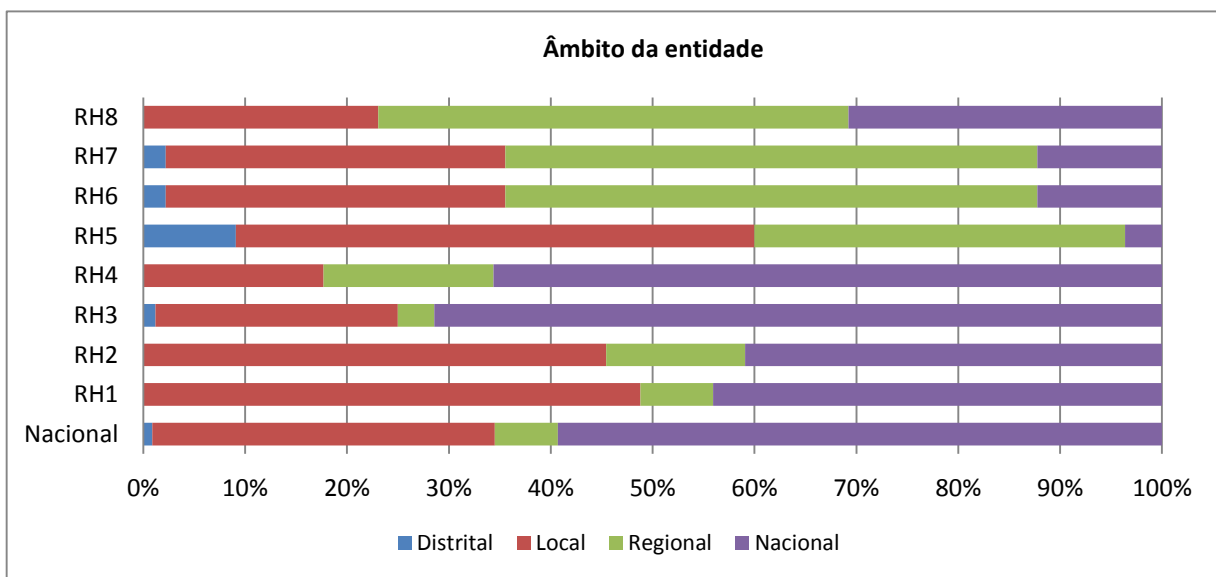


Figura 3.27. – Distribuição dos participantes de acordo com o âmbito geográfico da entidade representada (por sessão)

Com base nos elementos apresentados, conclui-se que:

- São as entidades de âmbito nacional que têm maior representatividade nas sessões com cerca de 42%, logo seguida pelas de âmbito local com 35%;
- Por tipo de âmbito da entidade destaca-se por região hidrográfica o seguinte:
 - Entidades de âmbito “Regional” destacaram-se a sul do Tejo (RH5, RH6, RH7 e RH8), correspondendo a cerca de 45% dos representantes;
 - Entidades de âmbito “Local” destacaram-se na zona Norte e Tejo (RH1, RH2 e RH5), correspondendo a cerca de 50% dos representantes

Por fim, para avaliar a **diversidade e abrangência do público** envolvido, analisou-se:

3. O **grau de escolaridade** dos participantes (Quadro 3.17 e figuras seguintes).

Quadro 3.17. – Distribuição dos participantes de acordo com o seu grau de escolaridade

RH	Grau de escolaridade				
	Sem ensino básico completo (até 8º ano de escolaridade)	Ensino básico completo (3º ciclo)	Ensino Secundário	Ensino superior (Licenciatura)	Ensino superior pós-graduação (Mestrado/doutoramento)
Sessão Lisboa	0	0	1	51	62
RH1	0	0	10	53	21
RH2	0	0	3	66	19
RH3	0	0	3	57	40
RH4	0	0	8	57	31
RH5	0	0	0	22	4
RH6					
RH7	0	0	8	67	15
RH8	0	0	0	17	7
TOTAL	0	0	33	390	199

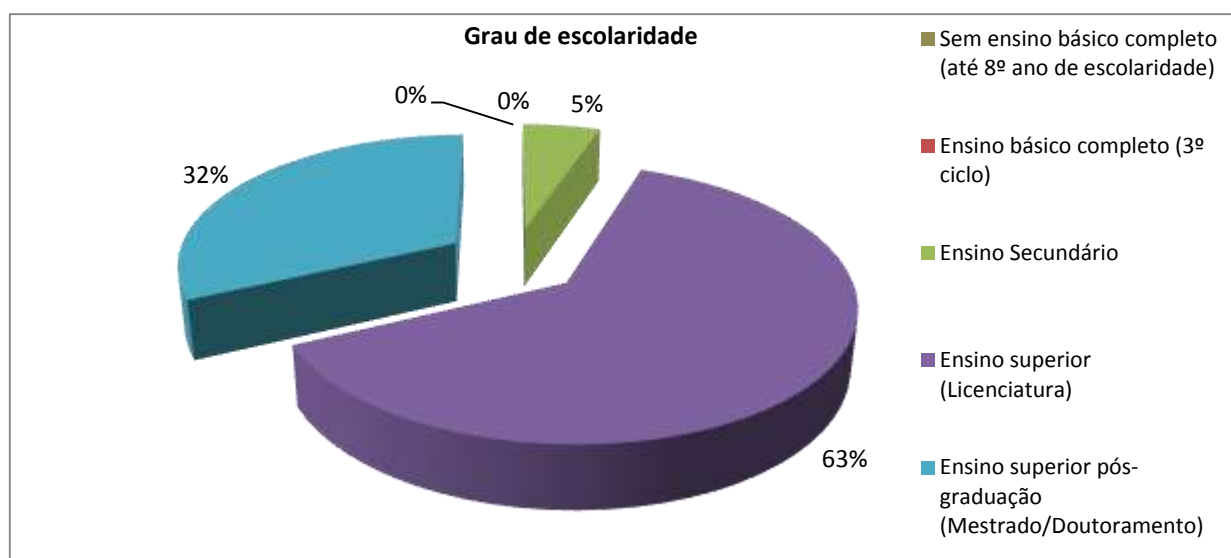


Figura 3.28. – Distribuição dos participantes de acordo com o seu grau de escolaridade (global)

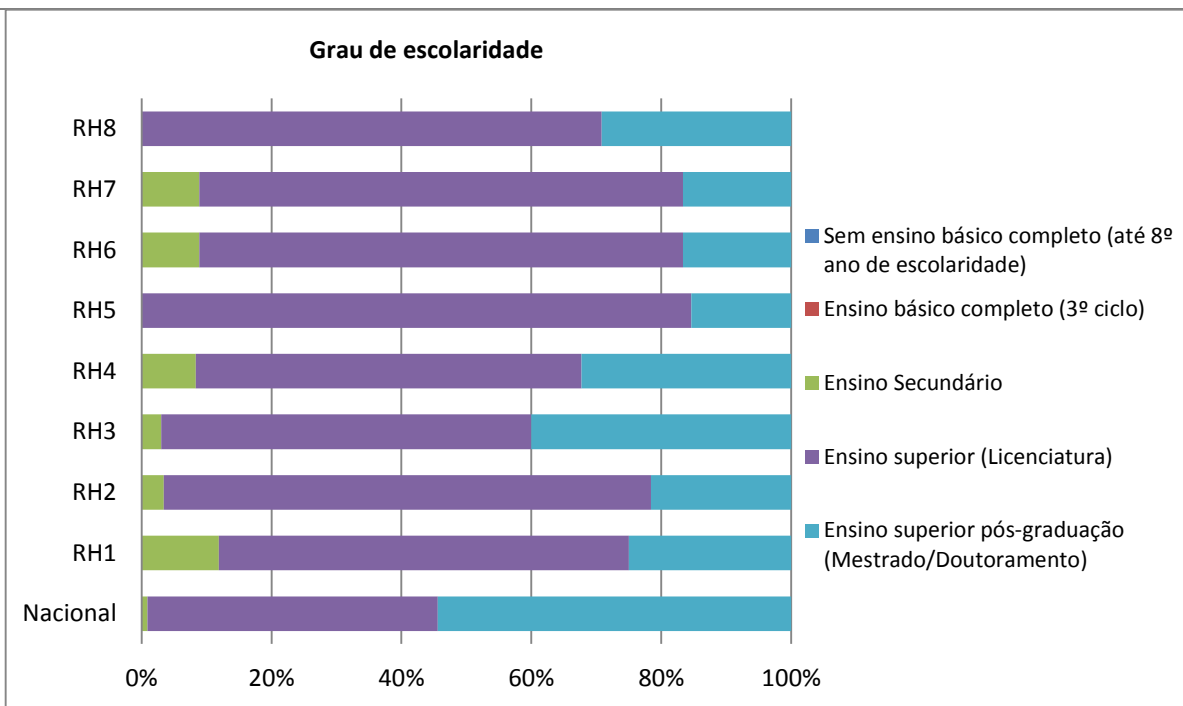


Figura 3.29. – Distribuição dos participantes de acordo com o seu grau de escolaridade (por sessão).

Com base nos dados disponíveis, é possível concluir que cerca de 63% dos presentes nas sessões possui formação de ensino superior e cerca de 32% detém mestrado/doutoramento, perfazendo um total de 95% dos participantes.

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Relativamente ao público-alvo da consulta pública, não houve sugestões por parte dos participantes das sessões.

AVALIAÇÃO PRELIMINAR

A análise efetuada permite concluir que estiveram representados: organismos da administração pública com competências no setor da água, as ONGA e organizações setoriais.

De facto, estiveram presentes 666 pessoas, representando quase 338 entidades diferentes. Apesar da evidente diversidade de participantes, foram as entidades de carácter público que estiveram mais representadas, em especial os organismos da administração nacional, regional e local.

Por outro lado, verifica-se que o público interessado na temática em análise tem sobretudo formação superior (95% dos participantes).

4. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

4.1. Como promover a integração dos contributos do público nas QSiGA?


O QUE PRECONIZA A DQA	O QUE FOI FEITO
<p>Como referido anteriormente, de acordo com o Anexo VII da DQA, <i>os planos de gestão das bacias hidrográficas devem abranger (...): um resumo das medidas de consulta e informação do público que tenham sido tomadas, os resultados dessas medidas e as alterações ao plano daí resultantes.</i></p> <p>A diretiva requer assim a elaboração de relatórios sobre os processos de participação pública. De acordo com o Guia este requisito pode ser cumprido através da elaboração de um documento que contenha:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ As medidas tomadas e as técnicas usadas.▪ As respostas recebidas de cada um dos sectores.▪ As implicações das intervenções dos participantes nos PGRH. <p>É também recomendado nesse documento que sejam adicionados indicadores qualitativos ao Relatório, como:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Factos e figuras: descrição do plano de participação pública (objetivos e métodos, quem foi contactado e porquê, quantos reagiram, etc.).▪ Avaliação da satisfação dos participantes (como é que os participantes julgaram a informação fornecida, etc.).▪ Comentários por setor.	<p>Os requisitos estabelecidos na DQA e na Lei da Água foram cumpridos através da recolha de todos os contributos do público auscultado, tanto através das próprias sessões como através da internet pelas seguintes vias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Preenchimento do formulário disponibilizado <i>online</i> para envio de contributos/opiniões/sugestões (Figura 4.1).  <p>The image shows a screenshot of a web form titled 'PGRH - Participação Pública' on the website of the Agência Portuguesa do Ambiente. The form is designed for public input on water management plans. It includes fields for 'Nome', 'E-mail', 'Município de Residência', 'Município de Trabalho', 'Município de Interesse', and 'Comentários'. There are also dropdown menus for 'Tipo de Participação' and 'Município de Interesse'. A 'Enviar' button is visible at the bottom of the form area.</p> <p>Figura 4.1. – Formulário <i>online</i> para envio de contributos/opiniões/sugestões.</p> <ul style="list-style-type: none">• A ficha de inquérito sobre a documentação técnica (Anexo I) foi efetuada através do preenchimento do inquérito <i>online</i> para envio da opinião sobre a documentação disponibilizada (Figura 4.2).



Figura 4.2. – Inquérito *online* para envio da opinião sobre a documentação técnica

A análise e tratamento dessa informação resultou na elaboração do presente relatório devendo constar nos PGRH as alterações resultantes dos contributos obtidos do processo de consulta pública.

INDICADORES

SESSÕES PÚBLICAS:

1. A avaliação da documentação técnica foi feita recorrendo ao inquérito *online*, cujos resultados se sintetizam nos quadros e figuras seguintes. Foram analisadas as respostas dadas sobre as seguintes questões:
 - a) A caracterização foi adequada para o diagnóstico dos problemas identificados;
 - b) Foram corretamente identificadas as questões mais significativas relativas à gestão da água;
 - c) As linhas de atuação estratégica são adequadas para resolver as questões significativas identificadas;
 - d) A linguagem utilizada é adequada;
 - e) O documento é suficientemente apelativo;
 - f) O documento é esclarecedor.

Quadro 4.1 – Número global de respostas de acordo com a classificação atribuída às questões relativas ao conteúdo da documentação técnica.

Questões / Classificação	N.º de respostas segundo a classificação às questões					
	1	2	3	4	5	Total
A caracterização foi adequada para o diagnóstico dos problemas identificados	1	6	28	55	13	103
Foram corretamente identificadas as questões mais significativas relativas à gestão da água	3	5	30	53	12	103
As linhas de atuação estratégica são adequadas para resolver as questões significativas identificadas	5	8	31	55	4	103
A linguagem utilizada é adequada	1	4	20	57	21	103
O documento é suficientemente apelativo	5	6	36	45	11	103
O documento é esclarecedor	4	8	26	56	9	103

Das 103 respostas ao inquérito, cerca de 52% dos inquiridos atribuí classificação 4 às questões *supra*-mencionadas e cerca de 28% atribuí classificação 3. A classificação das respostas dos participantes é, aliás, muito similar para todas as questões.

1. A opinião sobre a documentação técnica foi feita recorrendo às seguintes questões:

a) Deveriam ser eliminadas ou agrupadas algumas das questões significativas relativas à gestão da água identificadas para a região hidrográfica? Se sim, quais?

b) Existem outras questões significativas relativas à gestão da água na região hidrográfica que deveriam ter sido identificadas? Se sim, quais?

c) Deveriam ser implementadas outras linhas de atuação estratégica para resolver as questões significativas da gestão da água na região hidrográfica? Se sim, quais?

As respostas às questões foram as seguintes:

- Na questão a) houve um total de 94 “Não” e 9 “Sim”.
- Na questão b) houve um total de 73 “Não” e 30 “Sim”.
- Na questão c) houve um total de 71 “Não” e 32 “Sim”.

Para as questões cuja resposta foi afirmativa foram sugeridas as alterações apresentadas no Quadro 4.3 e Quadro 4.4.

Quadro 4.2 – Sugestões à questão a) “Deveriam ser eliminadas ou agrupadas algumas das questões significativas relativas à gestão da água identificadas para a região hidrográfica?” cuja resposta foi afirmativa por RH

RH	Questão a)	
	Agrupamento de QSiGA	Eliminação de QSiGA
Nacional	Todas as questões relativas à qualidade ecológica do meio hídrico	-
RH1	As questões relativas às invasoras e à biodiversidade; descargas de águas residuais	-
RH2	14, 10, 5 e 6 - riscos naturais e antrópicos	-
RH3		-
RH4		-
RH5	QSiGA 4 e 10 – são comuns e as medidas praticamente as mesmas. Podem ser agrupadas pela interdependência que têm entre a destruição/fragmentação de habitats e alteração das comunidades de fauna e flora	-
RH6		-
RH7		-
RH8	<u>Questões 4 e 7</u> QSiGA 4 - Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade QSiGA 7 – Competição de espécies não nativas com espécies autóctones <u>Questões 8 e 13</u> QSiGA 8 – Contaminação de águas subterrâneas QSiGA 13 - Intrusão salina nas águas subterrâneas <u>Questões 13 e 17</u> QSiGA 13 - Intrusão salina nas águas subterrâneas QSiGA 17 - Sobre-exploração de águas subterrâneas	-

Não foram recebidos contributos no sentido de serem eliminadas QSiGA.

Quadro 4.3 – Sugestões à questão b) “Existem outras questões significativas relativas à gestão da água na região hidrográfica que deveriam ter sido identificadas?” cuja resposta foi afirmativa por RH

RH	Questão b) Novas QSiGA
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Seca ○ Gestão de Infraestruturas ○ Avaliação e Gestão do risco e sistema de alerta ○ Avaliação e Gestão do risco em águas transfronteiriças e sistema de alerta rápido ○ Limpeza de linhas e cursos de água. ○ Reparação de açudes ○ Fiscalização ○ A viabilidade económica e financeira da execução de medidas ○ Necessidade de Formação, Fiscalização e acompanhamento de obras nos recursos hídricos
RH1	<ul style="list-style-type: none"> ○ QSiGA 18 – Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e de rega ○ QSiGA 15 - Contaminação por substâncias prioritárias e perigosas ○ QSiGA 7 - Competição de espécies não nativas com espécies autóctones ○ QSiGA 8 - Contaminação de águas subterrâneas ○ Trânsito sedimentar marinho e fontes de alimentação ○ O problema dos incêndios florestais ○ Desobstrução e limpeza das margens das linhas de água ○ Gestão transfronteiriça Portugal e Espanha.
RH2	<ul style="list-style-type: none"> ○ Espécies invasoras ○ Degradação das zonas fluviais e ribeirinhas e o seu insuficiente aproveitamento como espaços de lazer.
RH3	<ul style="list-style-type: none"> ○ QSiGA 4 - Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade ○ Tratamento de águas residuais por sistemas particulares ineficientes, sem manutenção ou gestão adequada influenciam a qualidade de águas das massas de água.
RH4	<p>QSiGA 4 - Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade QSiGA 11 – Escassez de Água</p>
RH5	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente ○ Perda de biodiversidade e dos serviços ecossistémicos
RH6	<p>QSiGA – Relativa a gestão de infraestruturas hidráulicas</p>
RH7	<p>QSiGA – Relativa a gestão de infraestruturas hidráulicas</p>
RH8	<ul style="list-style-type: none"> ○ QSiGA 12 - Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de blooms de algas) ○ QSiGA 15 - Poluição com substâncias prioritárias e perigosas (metais, pesticidas, substâncias de origem industrial) ○ QSiGA 18 - Perdas de água nos sistemas de abastecimento e rega ○ QSiGA 3 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos <p>○ Questão relacionada com a reutilização das águas residuais tratadas</p>

Quadro 4.4 – Sugestões à questão c) “Deveriam ser implementadas outras linhas de atuação estratégica para resolver as questões significativas da gestão da água na região hidrográfica?” cuja resposta foi afirmativa por RH

RH	Questão c)
	Novas linhas de atuação estratégica
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Monitorização e fiscalização eficientes ○ Envolver um painel mais alargado de especialistas na abordagem dos problemas e não somente a Administração e o meio académico. ○ Avaliação das relações causa efeito dos problemas das massas de água identificando o que é devido a poluição difusa ou a poluição tóxica de origem não urbana ○ Melhorar a transparência dos processos de decisão; ○ Formação em recursos hídricos para os decisores; ○ Desenvolvimento de conhecimento sobre relações causa efeito para permitir a otimização dos custos dos programas de medidas. ○ Reforço dos Meios humanos e Investimento nas Obras de beneficiação em Aguas Interiores e do domínio Marítimo
RH1	<ul style="list-style-type: none"> ○ A poluição orgânica e biológica na região resulta também em grande parte das frequentes descargas de chorumes nas veigas junto ao litoral, provenientes de várias vacarias sem tratamento destes chorumes. Deveriam ser tomadas medidas para resolver este problema, dotando as vacarias de sistemas de tratamento e aumentando a fiscalização sobre a deposição de chorumes. ○ Deve ser mais aprofundada, divulgada e posta em discussão pública a questão dos caudais ecológicos particularmente nos rios internacionais ○ Melhor articulação com as diferentes entidades com responsabilidades diretas e indiretas nos recursos hídricos.
RH2	<ul style="list-style-type: none"> ○ Envolver um painel mais alargado de especialistas na abordagem dos problemas e não somente a Administração e o meio académico. ○ Reforço dos Meios humanos. ○ Investimento em obras de beneficiação em águas Interiores e do domínio marítimo.
RH3	<ul style="list-style-type: none"> ○ Constituição de rede colaborativa entre APA e as Entidades Gestoras do Setor, sobretudo as mais representativas das regiões de forma a estabelecer uma estratégia de partilha de informação e atuação articulada para a região. ○ Estabelecimento de estratégias de atuação, a nível de região, para controlo e gestão de sistemas de tratamento de águas residuais particulares e/ou de pequenos aglomerados. ○ Monitorização mais abrangente e eficaz
RH4	<ul style="list-style-type: none"> ○ Limpeza/requalificação de linhas de água, como ribeiros e valas ○ Diálogo e envolvimento dos ministérios, municípios, associações, entidades gestoras que de algum modo tutelam ou utilizam os RH, para encontrar soluções.
RH5	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação somente de duas vertentes de alternativas estratégicas. Deveria haver mais possibilidades que visem o desenvolvimento sustentável
RH6	<ul style="list-style-type: none"> ○ As questões identificadas relativamente às perdas de água nas redes de distribuição de água deveriam ser mais específicas e mais profundas no sentido de resolver de uma vez por todas a elevada percentagem perdas que ocorrem em redes com mais de 60 anos.
RH7	
RH8	<ul style="list-style-type: none"> ○ A formação dos utilizadores da água, em todos os níveis etários, continua a ser uma questão que deverá ser considerada nas estratégias do setor, com envolvimento de todas as entidades. ○ Desenvolver projetos técnicos e científicos com entidades nacionais e internacionais ○ Intensificar o diálogo institucional sobre a gestão das bacias hidrográficas ○ Promover uma maior participação pública nestes processos ○ Assegurar o controlo da poluição das ETAR.

No Anexo III encontram-se as notas sobre as sessões e no Anexo IV encontram-se elencadas os contributos recebidos e respetivas respostas dadas nas sessões, pareceres e inquéritos.

<p>CRÍTICAS E SUGESTÕES</p> <p>Síntese das sugestões provenientes do inquérito <i>on-line</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerar as perdas de água, escoamento superficial e águas pluviais como QSiGA na RH1; ▪ Promover e intensificar a articulação com Espanha nas regiões internacionais; ▪ Promover o levantamento de estudos batimétricos ao longo da costa; ▪ Aumentar a taxa de execução do Programa de Medidas; ▪ Identificar ações de monitorização das descargas industriais em massas de água interiores e costeiras; ▪ Ponderar a transferência das competências de monitorização para um nível mais local, nomeadamente para as Câmaras Municipais e CIM, de modo a agilizar a sua operacionalidade; ▪ Integrar/ponderar as medidas propostas por outros estudos nos PGRH; ▪ Considerar a radioatividade (natural e artificial) da água uma QSiGA na RH2; ▪ Considerar falta de fiscalização como QSiGA; ▪ Considerar a prevalência de espécies exóticas e consequente perda de biodiversidade como QSiGA; ▪ Considerar a contaminação de águas subterrâneas como QSiGA na RH1, RH2 e RH3; ▪ Considerar a seca como QSiGA na RH3 ▪ Considerar as cheias como QSiGA na RH3; ▪ Aprofundar o conhecimento/informação sobre as águas subterrâneas; ▪ PGRH são omissos nos que se refere ao PNBEPH; ▪ Considerar a construção e o funcionamento das barragens como QSiGA; ▪ Aprofundar conhecimento sobre cumprimento de RCE; ▪ Considerar como QSiGA na RH3 o conflito de uso entre a navegação fluvial e a produção hidroelétrica; ▪ Considerar a fauna e flora como indicadores de qualidade de água e espaços fluviais; ▪ Fiscalização mais ativa e de proximidade com identificação dos meios de reforço necessários, através da realização de parcerias com os municípios; ▪ Maior e melhor articulação entre todas as entidades que intervêm no domínio e gestão da água. 	<p>AVALIAÇÃO GERAL</p> <p>Considera-se muito positivo os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilidade da equipa técnica, durante mais de seis meses, para a participação pública. ▪ Promovidas sessões que para além de informarem o público, fomentavam a sua participação ativa, através de um espaço dedicado ao debate. ▪ Realizados inquéritos de satisfação aos presentes nas sessões de divulgação ▪ Registadas as críticas e sugestões formuladas pelo público presente nas sessões. ▪ Elaborado um relatório, cujo conteúdo será interiorizado nos PGRH, que contemple a avaliação do processo de participação pública com uma análise objetiva e rigorosa dos resultados obtidos.
--	--

A lista das entidades que enviaram parecer é apresentada no Quadro 4.5.

Quadro 4.5 – Lista de entidades que enviaram parecer por RH

Entidade	Tipologia do participante	Âmbito
Hernani Baptista Monteiro	Particular	QSiGA RH2
Tiago Gonçalves	Particular	QSiGA RH1; QSiGA RH2; QSiGA RH3
IBERDROLA	Empresa privada	QSiGA RH3
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Norte	Entidade da Administração Regional	QSiGA RH1; QSiGA RH2; QSiGA RH3
Câmara Municipal de Valongo	Entidade da Administração Local	QSiGA RH2; QSiGA RH3
Confederação dos Agricultores de Portugal	Associação profissional	QSiGA das 8 RH (transversal)
GEOTA	Organização Não Governamental de Ambiente	QSiGA RH3
Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza	Organização Não Governamental de Ambiente	QSiGA das 8 RH (transversal)
Confederación Hidrográfica del Duero	Entidade da Administração Regional - Espanha	QSiGA RH3
Turbogás - Produtora Energética, S.A.	Empresa privada	QSiGA RH3
Águas de Portugal	Empresa pública	QSiGA das 8 RH (transversal)
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	Entidade pública	QSiGA RH1; QSiGA RH2; QSiGA RH3; QSiGA RH4
FENAREG	Associação profissional	QSiGA das 8 RH (transversal)
Câmara Municipal da Marinha Grande	Entidade da Administração Local	QSiGA RH4
Câmara Municipal de Coimbra	Entidade da Administração Local	QSiGA RH4
Câmara Municipal da Guarda	Entidade da Administração Local	QSiGA RH4
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Entidade da Administração Local	QSiGA RH4
Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira	Particular	QSiGA RH4
Câmara Municipal de Ourém	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
Câmara Municipal da Chamusca	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
SEPNA/GNR – CTLX	Entidade pública	QSiGA RH5
Câmara Municipal de Cascais	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
Câmara Municipal Pedrógão Grande	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de VFX	Associação profissional	QSiGA RH5
Câmara Municipal de Santarém	Entidade da Administração Local	QSiGA RH5
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Entidade da Administração Regional	QSiGA RH5
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	Entidade da Administração Regional	QSiGA RH6
Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva	Entidade pública	QSiGA RH6; QSiGA RH7
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas/Parque Natural do Vale do Guadiana	Entidade da Administração Regional	QSiGA RH7
Câmara Municipal de Odemira	Entidade da Administração Local	QSiGA RH6
Câmara Municipal de Setúbal	Entidade da Administração Local	QSiGA RH6
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	Entidade da Administração Local	QSiGA RH7
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	Entidade da Administração Local	QSiGA RH6
AICEP - Global Parques	Empresa Pública	QSiGA RH6
Administração Regional de Saúde do Alentejo	Entidade da Administração Regional	QSiGA RH6; QSiGA RH7
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Entidade da Administração Regional	QSiGA RH7

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Entidade da Administração Regional	QSIGA RH7
Federação Nacional de Regantes de Portugal	Associação profissional	QSIGA RH6; QSIGA RH7
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Entidade da Administração Central	QSIGA RH8
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Algarve	Entidade da Administração Regional	QSIGA RH8

5. Conclusões e recomendações

5.1. Ponderação das QSiGA

A sessão dedicada às QSiGA na **Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1)** foi muito participada, tendo a maioria dos presentes reforçado a importância da QSiGA 20 - Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficiente. De facto, esta foi a questão significativa mais falada, uma vez que, de acordo com os participantes, é o ponto de partida para todo o processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos. Daí a necessidade de se investir mais na rede de monitorização.

Outro aspeto muito focado e amplamente debatido pelos participantes foi a reintrodução da QSiGA 7 - Competição de espécies não nativas com espécies autóctones. A reintrodução da QSiGA 18 - Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e de rega foi igualmente abordada.

Para além destas questões, um outro tema foi também abordado por várias pessoas/entidades, que se mostraram preocupadas com os efeitos das escorrências de sedimentos e nutrientes resultantes dos incêndios florestais, pelo que sugerem a criação desta nova QSiGA.

A sessão da **Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2)** foi consensual no que diz respeito às QSiGA identificadas. No entanto, as questões ligadas à produção de energia hidroelétrica estiveram no centro de debate, tendo sido referida várias vezes a QSiGA 3 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos. Em complemento, foi também abordada a problemática ligada aos açudes e o seu estado de conservação, bem como à necessidade de se reforçar a fiscalização.

Por fim, e à semelhança da sessão da RH1, foi reiterada a importância de se investir mais na QSiGA 20 - Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficiente.

O debate das QSiGA da **Região Hidrográfica do Douro (RH3)** ficou igualmente marcado pelas questões ligadas à produção de energia. Nesse quadro, foi reforçada a pertinência da QSiGA 3 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos e sugerida a inclusão de uma nova QSiGA sobre o conflito de uso entre navegação fluvial e produção de energia hidroelétrica.

A QSiGA 20 - Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficiente foi novamente muito comentada, assim como a QSiGA 18 - Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e de rega. Para além disso, voltou-se a advertir para a urgência em se investir na fiscalização e numa melhor e mais eficaz gestão transfronteiriça.

De salientar ainda que das três sessões se destacou, sobretudo, a enorme quantidade de recomendações para o Programa de Medidas dos PGRH.

Na **Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)** as duas sessões foram bastante participadas e todos os intervenientes manifestaram que este tipo de sessões é importante e que deveria ocorrer mais vezes. No geral, os participantes concordaram que as QSiGA's identificadas são as mais prementes na região hidrográfica.

A maioria das exposições prendeu-se com a QSiGA 20 - Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficiente. Na medida em que é através da monitorização que se procede à classificação das massas de água, a não existência da mesma, nomeadamente dos elementos biológicos, coloca em causa a fiabilidade da classificação com base em modelação e/ou análise pericial.

Foram também abordadas questões referentes à Taxa de Recursos Hídricos, à possibilidade de estabelecer parcerias e protocolos e a outras situações focalizadas em determinados temas, alguns fora do âmbito das QSiGA.

Na sequência das sessões das sessões públicas e dos contributos recebidos a APA/ARH do Centro, considerou pertinente a reintrodução das QSiGA 4 – Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade e QSiGA 11 – Escassez de Água.

Na **Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (RH5)** foi consensual a importância das QSiGA seleccionadas para a região, não tendo sido previsto o seu agrupamento. No que se refere a novas QSiGA foi consensual que seria de incluir a QSiGA “*Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente*”, identificada como QSiGA no 1º ciclo, dado que foi considerado que a atual fiscalização era insuficiente e desadequada dado que era essencialmente punitiva, quando devia ser preventiva, privilegiando uma relação de proximidade com os utilizadores.

No âmbito da sessão pública de apresentação das QSiGA da **Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6)** e **Região Hidrográfica do Guadiana (RH7)**, entre as principais questões abordadas destacam-se:

- O combate às espécies exóticas que foi considerado como uma QSiGA de extrema importância, bem como a necessidade de desenvolver medidas para o seu controlo e combate;
- O conflito de usos ao nível da captação de água;
- A necessidade de diferenciação, na Taxa de Recursos Hídricos, do coeficiente de escassez, por bacia;
- A importância e necessidade do planeamento conjunto nas bacias internacionais;
- A importância da monitorização dos recursos hídricos, a sua divulgação e articulação com os Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, destacando-se a necessidade de sistemas de alerta e gestão de risco associado a captações de água para consumo humano;
- A necessidade de reversão das elevadas perdas de água, principalmente nos sistemas em baixa;
- A necessidade e importância de revisão do critério “on out all out” do sistema de classificação das massas de água, destacando-se o seu carácter extremamente penalizador no caso das albufeiras do Sul;
- A importância da implementação do Plano de Ação das Zonas Vulneráveis, com vista à recuperação do bom estado das massas de água subterrânea;
- A importância para a obtenção do bom estado das massas de água, das medidas baseadas na requalificação das ETAR, que têm vindo a ser efetuadas em ambas as regiões hidrográficas nas últimas décadas;
- A importância do estado quantitativo das massas de águas superficiais e não integração desta matéria, pela DQA;
- A mais-valia da aplicação do FPRH;

Relativamente a novas QSiGA foi referida a importância da gestão das infraestruturas hidráulicas, em ambas as regiões hidrográficas, pelo que a matéria deveria ser identificada como medida.

Nas sessões da **Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8)**, ficou evidenciada a concordância dos intervenientes com as QSiGA identificadas para o 2º ciclo, pelo facto de refletirem as pressões significativas na Região.

Foram abordados problemas relacionados com a poluição difusa, a contaminação por cloretos e nitratos e sobre-exploração das águas subterrâneas, o estabelecimento de caudais ecológicos, os problemas das

atividades económicas na Ria Formosa, a proteção dos perímetros de captação, a recarga de aquíferos e as perdas nos sistemas de abastecimento.

Foi ainda realçado pelos intervenientes que, sendo as QSiGA sensivelmente idênticas às definidas para o 1º ciclo, importa agora proceder a ações mais consistentes e incisivas sobre as pressões de modo a melhorar e/ou a manter o estado das massas de água.

Após auscultação do público sobre a identificação das QSiGA por RH e após uma análise global sobre a pertinência de incluir novas QSiGA, realizaram-se alterações ao nível de cada RH que se identificam no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 – Lista de QSiGA relativas a pressões e impactes após auscultação do público

Questões	Regiões hidrográficas								RH com QSiGA comuns (N.º)
	1	2	3	4	5	6	7	8	
1. Afluências de Espanha	X		X		X		X		4
2. Agravamento da qualidade da água devido à suspensão dos sedimentos									0
3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	X	X	X	X	X	X	X		7
4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade				N	X	X	X	X	5
5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)	X	X	X		X			X	5
6. Alterações do regime de escoamento		X	X	X	X	X	X		6
7. Competição de espécies não nativas com espécies autóctones	N							X	2
8. Contaminação de águas subterrâneas		X		X	X	X	X	X	6
9. Degradação de zonas costeiras	X	X	X	X	X			X	6
10. Destruição/ fragmentação de habitats		X	X	X	X	X	X		6
11. Escassez de água			X	N		X	X	X	5
12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)			X	X	X	X	X		5
13. Intrusão salina e outros nas águas subterrâneas								X	1
14. Inundações	X	X	X	X	X	X		X	7
15. Poluição com metais, com substâncias perigosas e substâncias prioritárias (biocidas e produtos fitofarmacêuticos)		X		X	X	X	X		5
16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)	X	X	X	X	X	X	X	X	8
17. Sobre-exploração de águas subterrâneas				X				X	2
18. Perdas de água nos sistemas de abastecimento e rega	N	X	X	X		X	X		6
TOTAL de QSiGA	8	10	11	13	12	11	11	10	
% Face ao total de QSiGA	44%	56%	61%	72%	67%	61%	61%	56%	

N – Nova QSiGA

Para além das QSiGA identificadas antes do período de participação pública, na RH1 foram integradas as novas QSiGA 7 e 18 e na RH4 foram integradas as novas QSiGA 4 e 11. Não foram eliminadas QSiGA em nenhuma das regiões.

5.2. Aspectos positivos e a melhorar

Para auxiliar a avaliação global do processo de participação pública das QSiGA realizou-se uma análise SWOT para verificação dos pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades.

Quadro 5.2 – Análise SWOT do processo de participação pública

Pontos fracos	Ameaças
A experiência da Administração Pública na promoção de Processos de Participação Pública para elaboração dos PGRH é ainda pequena.	Dificuldade, devido à falta de recursos humanos e logísticos, em realizar sessões de participação pública direcionadas para grupos específicos de “Stakeholders”/setores de atividade
Falta de mobilização da população para a participação pública	Abordagem de questões macro afasta participantes que pretendem expor/resolver questões particulares ou muito específicas
Maioria dos participantes representa o setor público (Administração Central, Regional e Local);	Linguagem muito técnica
Sentimento de que as opiniões não servem para nada, uma vez que não são incorporadas nos documentos finais.	Restrições financeiras
Pontos fortes	Oportunidades
Divulgação de informação que assegura a transmissão e disseminação do conhecimento	Aumentar o conhecimento partilhado dos problemas ambientais e do papel dos vários agentes na gestão da água
Auscultação dos interessados	Promover processos de tomada de decisão mais sustentados, criativos, participados e transparentes
Envolvimento ativo de entidades e cidadãos nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de ações	Diminuir os conflitos por desconhecimento ou falta de informação e procurar consensos, reduzindo atrasos e custos
Partilha de responsabilidades	Promover a liberdade de expressão, a democracia participativa e a responsabilização das entidades e cidadãos

Numa análise global observa-se que as sessões públicas foram bastante participadas e existe um maior interesse por parte dos participantes nas matérias discutidas. A divulgação da informação está cada vez mais facilitada, tendo em conta os meios eletrónicos existentes, o que permite uma maior interação entre o público e a Administração.

No entanto, existem ainda aspetos a melhorar e que passam por três grandes pontos:

1. Necessidade de recursos humanos especializados nestas áreas dentro da administração pública e a trabalhar em exclusividade nestas matérias;
2. Necessidade de recursos financeiros alocados à temática da participação pública onde os montantes não são menosprezáveis;
3. Necessidade de meios de divulgação e de comunicação mais eficazes junto ao público em geral de forma a informar e mobilizar a população.

ANEXO I - Ficha de inscrição, Ficha de avaliação e Inquérito de opinião sobre a documentação técnica

ANEXO II - Presenças nas Sessões de Participação Pública das Questões Significativas da Gestão da Água

ANEXO III – Notas das sessões públicas

ANEXO IV – Contributos recebidos e respetivas respostas